



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXV DCL Nº 228

Brasília, terça-feira, 13 de dezembro de 2016

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MESA DIRETORA

Presidente: Celina Leão*

Vice-Presidente: Juarezão**

1º Secretário: Raimundo Ribeiro - Suplente: Agaciel Maia

2º Secretário: Julio Cesar - Suplente: Lira

3º Secretário: Bispo Renato Andrade - Suplente: Rodrigo Delmasso

Corregedor: Rafael Prudente

Ouvidor: Lira

Procuradora Especial da Mulher: Telma Rufino

* com ressalva constante no processo nº 0285513-36.2016.3.00.0000-STJ

** Vice-Presidente no exercício da Presidência

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	
Titulares	Suplentes
Presidente: Sandra Faraj Vice-Presidente: Chico Leite Robério Negreiros Raimundo Ribeiro Bispo Renato Andrade	Prof. Israel Luzia de Paula Rafael Prudente Liliane Roriz Julio Cesar

COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS	
Titulares	Suplentes
Presidente: Agaciel Maia Vice-Presidente: Rafael Prudente Prof. Israel Julio Cesar Wasny de Roure	Juarezão Robério Negreiros Prof. Reginaldo Veras Bispo Renato Andrade Chico Vigilante

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS	
Titulares	Suplentes
Presidente: Luzia de Paula Vice-Presidente: Cristiano Araújo Liliane Roriz Prof. Israel Joe Valle	Cláudio Abrantes Robério Negreiros Juarezão Sandra Faraj Telma Rufino

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	
Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Rodrigo Delmasso Raimundo Ribeiro Cláudio Abrantes Julio Cesar	Wasny de Roure Lira Agaciel Maia Luzia de Paula Rodrigo Delmasso

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Titulares	Suplentes
Presidente: Ricardo Vale Vice-Presidente: Lira Agaciel Maia Wellington Luiz Telma Rufino	Chico Vigilante Rodrigo Delmasso Raimundo Ribeiro Cristiano Araújo Joe Valle

COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	
Titulares	Suplentes
Presidente: Telma Rufino Vice-Presidente: Ricardo Vale Wellington Luiz Prof. Reginaldo Veras Lira	Joe Valle Wasny de Roure Cristiano Araújo Sandra Faraj Julio Cesar

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	
Titulares	Suplentes
Presidente: Prof. Reginaldo Veras Vice-Presidente: Juarezão Rafael Prudente Luzia de Paula Wasny de Roure	Prof. Israel Liliane Roriz Wellington Luiz Cláudio Abrantes Ricardo Vale

COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes
Presidente: Robério Negreiros Vice-Presidente: Joe Valle Juarezão Bispo Renato Andrade Cláudio Abrantes	Rafael Prudente Telma Rufino Agaciel Maia Lira Chico Leite

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes
Presidente: Cristiano Araújo Vice-Presidente: Rodrigo Delmasso Liliane Roriz Sandra Faraj Chico Vigilante	Wellington Luiz Bispo Renato Andrade Raimundo Ribeiro Prof. Reginaldo Veras Ricardo Vale

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes
Presidente: Rodrigo Delmasso Vice-Presidente: Chico Leite Rafael Prudente Ricardo Vale Joe Valle	Bispo Renato Andrade Cláudio Abrantes Robério Negreiros Wasny de Roure

atualizado em 18/11/2016

Sumário

Decretos Legislativos	2
Requerimentos	5
Comissões	16
Mesa Diretora	66
Atos Administrativos	69
Comunicados	71
Fiscal	73
Atas (em Suplemento)	

Decretos Legislativos

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.106, DE 2016

(Autoria do Projeto: Deputado Chico Vigilante)

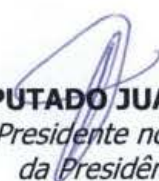
Concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à Presidente da República Federativa do Brasil Dilma Vana Rousseff.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadã Honorária de Brasília à Presidente da República Federativa do Brasil Dilma Vana Rousseff.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de dezembro de 2016


DEPUTADO JUAREZÃO
*Vice-Presidente no exercício
da Presidência*

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.107, DE 2016

(Autoria do Projeto: Deputado Joe Valle)

Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor embaixador da Grécia Dimitri Alexandrakis.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor embaixador da Grécia Dimitri Alexandrakis.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de dezembro de 2016


DEPUTADO JUAREZÃO
*Vice-Presidente no exercício
da Presidência*

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.108, DE 2016

(Autoria do Projeto: Deputado Wasny de Roure)

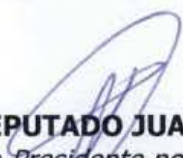
Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília Pós-Morte ao empresário senhor José Gomes Ferreira.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília Pós-Morte ao empresário senhor José Gomes Ferreira.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de dezembro de 2016



DEPUTADO JUAREZÃO
*Vice-Presidente no exercício
da Presidência*

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.109, DE 2016

(Autoria do Projeto: Deputada Telma Rufino)

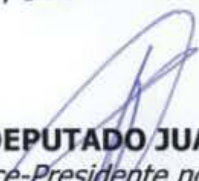
Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Carlos Alberto Rodrigues Tabanez.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Carlos Alberto Rodrigues Tabanez.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de dezembro de 2016



DEPUTADO JUAREZÃO
*Vice-Presidente no exercício
da Presidência*

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.110, DE 2016

(Autoria do Projeto: Deputado Agaciel Maia)

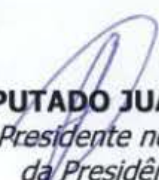
Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor João Vicente Feijão Neto.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor João Vicente Feijão Neto, pela relevante contribuição ao progresso de Brasília.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de dezembro de 2016


DEPUTADO JUAREZÃO*Vice-Presidente no exercício
da Presidência***DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.111, DE 2016**

(Autoria do Projeto: Deputado Cláudio Abrantes)

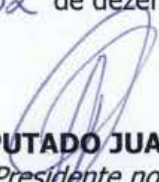
Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Marcus Vinicius Furtado Coelho.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Marcus Vinicius Furtado Coelho.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de dezembro de 2016


DEPUTADO JUAREZÃO*Vice-Presidente no exercício
da Presidência*

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.112, DE 2016

(Autoria do Projeto: Deputado Cláudio Abrantes)

Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao cardeal de Brasília – Dom Sergio da Rocha.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília ao cardeal de Brasília – Dom Sergio da Rocha.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de dezembro de 2016


DEPUTADO JUAREZÃO*Vice-Presidente no exercício
da Presidência*

Requerimentos

RQ 2227/2016**CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL****IDENTIFICAÇÃO****RQ 2227/2016****Ementa :**

Requer o registro da frente parlamentar em apoio e fortalecimento da advocacia brasiliense.

Autoria :**LIRA****Data de Leitura :06/12/2016**

TRAMITAÇÃO CONJUNTA**ARQUIVO**

Requerimento nº

RQ 2227 / 2016

Em, 06/12/16

(Do Sr. Deputado LIRA – PHS)

Secretaria Legislativa

**Requer o registro da FRENTE
PARLAMENTAR EM APOIO E
FORTALECIMENTO DA ADVOCACIA
BRASILIENSE.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito
Federal:**

Requer o registro da "Frente Parlamentar em Apoio e Fortalecimento da
Advocacia Brasiliense".

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal declarou a advocacia como função essencial à Justiça. Sem uma advocacia forte, não há democracia nem Estado de Direito. Os advogados públicos são essenciais para assessorar os gestores públicos e defender os interesses de toda a coletividade. Por outro lado, os advogados particulares trabalham para coibir excessos do Poder Público e consolidar direitos fundamentais.

Pelo exposto, solicitamos o apoio dos demais Parlamentares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, de de 2016.

LIRA

Presidente



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA – (PHS-DF)**



Deputado Agaciel Maia

Deputado Bispo Renato Andrade

Deputada Celina Leão

Deputado Chico Leite

Deputado Chico Vigilante

Deputado Cláudio Abrantes

Deputado Cristiano Araújo

Deputado Joe Valle

Deputado Juarezão

Deputado Júlio César

PROTOCOLO LEGISLA
RQ Nº 2227 / 2
Fls. Nº 02 F.J.

Deputada Liliane Roriz

Deputada Luzia de Paula

Deputado Professor Israel

Deputado Professor Reginaldo Veras

Deputado Rafael Prudente

Deputado Raimundo Ribeiro

Deputado Ricardo Vale

Deputado Robério Negreiros

Deputado Rodrigo Delmasso**Deputada Sandra Faraj****Deputada Telma Rufino****Deputado Wasny de Roure****Deputado Wellington Luiz****FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO E FORTALECIMENTO DA ADVOCACIA
BRASILIENSE**ESTATUTO

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RA Nº 2227/20
Fls. Nº 04 E-J.

TÍTULO I**Da denominação, sede, duração e objetivos**

Art. 1º A FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO E FORTALECIMENTO DA ADVOCACIA BRASILIENSE, doravante denominada neste Estatuto como **FRENTE**, é uma associação suprapartidária, sem fins lucrativos, que se rege pelo presente Estatuto e demais atos emanados dos poderes competentes.

Parágrafo Único – A **FRENTE** tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º A FRENTE tem por finalidades:

I- Estimular, defender e proteger os interesses da cidadania brasiliense por meio da valorização da advocacia do Distrito Federal;

II- Procurar, de modo contínuo, o aperfeiçoamento da legislação referente à advocacia, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas da Câmara Legislativa;

III- Acompanhar a política oficial de apoio à advocacia brasiliense, manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade;



IV- Promover debates, simpósios, seminários e outros eventos pertinentes ao exame da política de desenvolvimento da advocacia, divulgando seus resultados;

V- Buscar melhorias nas condições de trabalho de advogados, bacharéis e estagiários de Direito;

VI- Servir, junto ao Poder Judiciário, como fonte de conhecimento em assuntos inusitados, inéditos, difíceis ou controversos, na qualidade de terceiro interessado, "amicus curiae" ou qualquer outra nomenclatura que possa ser adotada;

VII- Divulgar as atividades da Frente no âmbito do Parlamento e junto à sociedade;

VIII- Promover o intercâmbio com entes assemelhados de Parlamentos de outras unidades da Federação, visando o aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas públicas e oportunidades de cooperação para a área.

TÍTULO II

Do quadro associativo

Art. 3º Integram a FRENTE:

I – Todos os parlamentares da atual Legislatura que subscreverem o Termo de Adesão;

II – Pessoas, físicas ou jurídicas, relacionadas às finalidades da FRENTE que solicitem sua inscrição.

Parágrafo Único – A desfiliação se dará por solicitação expressa do demissionário à Diretoria.

TÍTULO III

Das Instâncias Administrativas

Art. 4º A FRENTE é composta pelos seguintes órgãos:

- I- Assembleia Geral;
- II- Diretoria.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
DA Nº 2227/2016

Art. 5º Compete à Assembleia Geral:

- I – Deliberar sobre os planos de trabalho da **FRENTE**;
- II – Criar, estruturar e extinguir cargos e diretorias, de acordo com o plano de trabalho;

III – Discutir e aprovar relatórios sobre a atuação da **FRENTE**, apresentados pela Diretoria;

IV – Eleger o Presidente e o Vice-presidente;

V – Destituir o Presidente e o Vice-presidente;

VI – Discutir e votar, em grau de recurso, as decisões da Diretoria;

VII - Estudar e aprovar a reforma do presente Estatuto.

Art. 6º A Assembleia Geral reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano, convocada pelo Presidente e, extraordinariamente, sempre que for necessário.

Art. 7º A Assembleia Geral Extraordinária pode ser convocada pelo Presidente, pelo Vice-presidente, ou por 1/5 (um quinto) dos integrantes do quadro associativo para deliberar sobre assuntos de grande importância e relevante urgência.

Art. 8º A convocação de Assembleia se dá através da publicação de Edital, por qualquer meio apto a dar conhecimento do ato, com antecedência mínima de 7 (sete) dias.

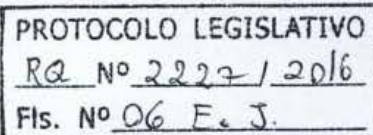
Art. 9º A Diretoria é composta pelo Presidente, pelo Vice-presidente e pelos Diretores.

Parágrafo Único – Os cargos de direção não são remunerados.

Art. 10 Compete ao Presidente:

I - Administrar a **FRENTE**, cumprindo o Estatuto, as Resoluções e a legislação pertinente, visando à realização de seus fins e objetivos programáticos;

II – Ser responsável perante a Casa por todas as informações que prestar à Mesa;



III – Nomear e exonerar os Diretores;

IV – Representar a **FRENTE**;

V – Convocar a Assembleia Geral;

VI – Encaminhar os assuntos que devam ser submetidos à apreciação e deliberação da Assembleia Geral;

VII – Apresentar, anualmente, o relatório das atividades realizadas;

VIII – Expedir Resoluções que permitam a fiel execução deste Estatuto;

IX – Praticar quaisquer outros atos destinados à realização das atividades previstas neste Estatuto.

Parágrafo Único – É facultada ao Presidente a delegação de competências aos Diretores.

Art. 11 Cabe ao Vice-presidente assessorar o Presidente, substituí-lo em seus impedimentos, e sucedê-lo, no caso de vacância do cargo, pelo que sobejar do mandato.

Art. 12 Cabe aos Diretores:

I – Exercer a orientação, coordenação e supervisão do setor de sua competência;

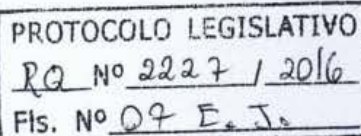
II – Praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem delegadas pelo presidente.

TÍTULO IV

Das Disposições Gerais

Art. 13 A reformulação deste Estatuto somente pode ser feita em Assembleia Geral Extraordinária, convocada para este fim, e por decisão de 2/3 (dois terços) dos associados presentes.

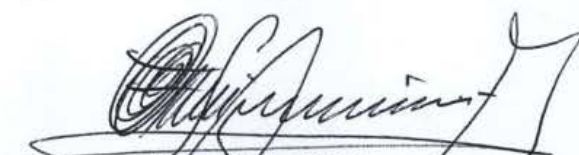
Art. 14 A **FRENTE** somente poderá ser dissolvida mediante decisão de Assembleia Geral Extraordinária convocada para este fim, a qual deverá seguir os mesmos quóruns e procedimentos previstos para a reforma deste Estatuto Social.



Art. 15 Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente "ad referendum" da Assembleia Geral.

Art. 16 Este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, de de 2016


Deputado LIRA
Presidente

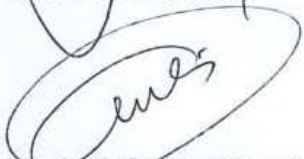
Deputado Agaciel Maia


Deputado Bispo Renato Andrade

Deputada Celina Leão


Deputado Chico Leite


Deputado Chico Vigilante


Deputado Cláudio Abrantes

Deputado Cristiano Araújo

Deputado Joe Valle

Deputado Juarezão

Deputado Júlio César


PROTOCOLO LEGISLAT
RQ Nº 2227/20
Fls. Nº 08 E.S.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA – (PHS-DF)**



Deputada Liliane Roriz

Deputada Luzia de Paula

Deputado Professor Israel

Deputado Professor Reginaldo Veras

Deputado Rafael Prudente

Deputado Raimundo Ribeiro

Deputado Ricardo Vale

Deputado Robério Negreiros

Deputado Rodrigo Delmasso

Deputada Sandra Faraj

Deputada Telma Rufino

Deputado Wasny de Roure

Deputado Wellington Luiz

**ATA DA ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO E
FORTALECIMENTO DA ADVOCACIA BRASILIENSE**

Aos oito dias do mês de setembro de 2016, no gabinete do Deputado Lira, número 6, foi realizada Assembleia, com a seguinte ordem do dia: 1) Discutir e votar a fundação da FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO E FORTALECIMENTO DA ADVOCACIA BRASILIENSE; 2) Discutir e votar a aprovação do Estatuto; 3) Discutir e votar a eleição

da Diretoria. Por indicação dos presentes, foi escolhido para presidir os trabalhos o Deputado Lira, que convidou Patricia Zapponi para secretariar a reunião. Composta a mesa, foram iniciadas as discussões em torno dos itens da pauta: **1) Discutir e votar a fundação da FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO E FORTALECIMENTO DA ADVOCACIA BRASILIENSE:** A Constituição Federal declarou a advocacia como função essencial à Justiça. Sem uma advocacia forte, não há democracia nem Estado de Direito. Os advogados públicos são essenciais para assessorar os gestores públicos e defender os interesses de toda a coletividade. Por outro lado, os advogados particulares trabalham para coibir excessos do Poder Público e consolidar direitos fundamentais. Diante disso, cabe ao Parlamento apoiar e fortalecer esse importante ramo de atividade. Assim, foi aprovada por unanimidade a fundação da FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO E FORTALECIMENTO DA ADVOCACIA BRASILIENSE. Terminado o tópico, passou-se ao próximo item: **2) Discutir e votar a aprovação do Estatuto:** A minuta do Estatuto foi distribuída entre os presentes. Assim, o Estatuto, depois de lido e discutido, foi aprovado por unanimidade. Finalizado esse item, começou o debate do terceiro tema: **3) Discutir e votar a eleição da Diretoria:** A Assembleia elegeu, por unanimidade, o Deputado Lira como Presidente, que tomou posse imediatamente, prestando compromisso de exercer o cargo com zelo e dedicação. A Assembleia decidiu postergar a escolha do Vice-presidente para a próxima reunião. Decidiu-se que o Presidente da FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO E FORTALECIMENTO DA ADVOCACIA BRASILIENSE encaminhará esta Ata e os Estatutos à Mesa da Câmara Legislativa, para efeito de registro e publicação. Assim, terminada a ordem do dia e não existindo mais manifestações, o Presidente encerrou a Assembleia, determinando a lavratura da presente Ata, que lida e achada conforme, é assinada pelo Presidente e Secretária.

Brasília, 08 de setembro de 2016.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA – (PHS-DF)




Deputado LIRA

Presidente

Patricia Zapponi

Secretária

Deputado Agaciel Maia


Deputado Bispo Renato Andrade

Deputada Celina Leão

Deputado Chico Leite



Deputado Chico Vigilante



Deputado Cláudio Abrantes

Deputado Cristiano Araújo

Deputado Joe Valle

Deputado Juarezão

Deputado Júlio César

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 2227 / 2016
Fls. Nº 15 E.J.

Deputada Liliane Roriz



Deputada Luzia de Paula

Deputado Professor Israel



Deputado Professor Reginaldo Veras

Deputado Rafael Prudente



Deputado Raimundo Ribeiro

Deputado Rafael Prudente

Deputado Raimundo Ribeiro

Deputado Ricardo Vale

Deputado Robério Negreiros

Deputado Rodrigo Delmasso

Deputada Sandra Faraj

Deputada Telma Rufino

Deputado Wasny de Roure



Deputado Wellington Luiz

Comissões

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES

SACP - SETOR DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

- **PROJETO DE LEI nº 1394/2013**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ROBÉRIO NEGREIROS, que *dispõe acerca do atendimento preferencial na rede pública e privada de saúde às pessoas portadoras de hemoglobinopatias no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 01/12/16

Último Dia: 14/12/16

- **PROJETO DE LEI nº 1450/2013**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) LUZIA DE PAULA, que *torna obrigatória a disponibilização de espaços destinados à amamentação nos estabelecimentos das redes pública e particular de ensino do Distrito Federal.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 12/12/16

Último Dia: 08/02/17

- **PROJETO DE LEI nº 1764/2014**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ROBÉRIO NEGREIROS, que *concede prioridade para atendimento nas delegacias de polícia do Distrito Federal à crianças, adolescentes e conselheiros tutelares no exercício da sua função e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 07/12/16

Último Dia: 03/02/17

- **PROJETO DE LEI nº 1815/2014**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) PROFESSOR ISRAEL BATISTA, que *Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o evento "Picnik".*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 12/12/16

Último Dia: 08/02/17

- **PROJETO DE LEI nº 1879/2014**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) CELINA LEÃO, que *dispõe sobre a mobilidade urbana, no âmbito do Distrito Federal, vedando,*

em prol da segurança e da ordem urbanística, o tráfego de veículos, nos horários que especifica.

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 07/12/16

Último Dia: 03/02/17

- PROJETO DE LEI nº 189/2015, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) CRISTIANO ARAÚJO, que *institui a Política de Incentivo a Geração de Energia Limpa em prédios residenciais ou não no Distrito Federal.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 08/12/16

Último Dia: 06/02/17

- PROJETO DE LEI nº 224/2015, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ROBÉRIO NEGREIROS, que *dispõe sobre a obrigatoriedade da Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB) a regularizar as instalações de água, esgoto e eletricidade de todos os lotes não regulares localizados no Distrito Federal.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 12/12/16

Último Dia: 08/02/17

- PROJETO DE LEI nº 358/2015, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) LUZIA DE PAULA, que *dispõe sobre o patrocínio de eventos estudantis por empresas que produzem ou distribuem bebidas alcoólicas ou produtos derivados do tabaco, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 01/12/16

Último Dia: 14/12/16

- PROJETO DE LEI nº 655/2015, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ROBÉRIO NEGREIROS, que *dispõe sobre a obrigatoriedade das Unidades Hospitalares da Rede Pública e Privada do Distrito Federal de realizarem os exames para diagnóstico precoce de encefalopatia crônica não progressiva da infância (PC-paralisia cerebral nos recém-nascidos e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 12/12/16

Último Dia: 08/02/17

- PROJETO DE LEI nº 789/2015, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) SANDRA FARAJO, que *assegura no âmbito do Distrito Federal, o direito à convivência familiar às crianças e adolescentes acolhidos em instituições sociais e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS**1º Dia: 01/12/16****Último Dia: 14/12/16**

- PROJETO DE LEI nº 976/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) CRISTIANO ARAÚJO, que *dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais utilizarem canudo e copo fabricados com produtos biodegradáveis na forma que menciona.*

PRAZO PARA EMENDAS**1º Dia: 09/12/16****Último Dia: 07/02/17**

- PROJETO DE LEI nº 1161/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) RICARDO VALE, que *institui a Semana Distrital dos Trabalhadores e das Trabalhadoras.*

PRAZO PARA EMENDAS**1º Dia: 12/12/16****Último Dia: 08/02/17**

- PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 34/2016, de autoria da MESA DIRETORA, que *altera a Resolução nº 140 de 1997, que Estrutura a Procuradoria-Geral da Câmara Legislativa do Distrito Federal.*

PRAZO PARA EMENDAS**1º Dia: 29/11/16****Último Dia: 13/12/16**

- PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 35/2016, de autoria do(a)s MESA DIRETORA, que *institui o comitê de Tecnologia da Informação da Câmara Legislativa do Distrito Federal.*

PRAZO PARA EMENDAS**1º Dia: 29/11/16****Último Dia: 13/12/16**

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 229/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) WELLINGTON LUIZ, que *susta a aplicação das alíneas "e" e "f" do inciso I, do artigo 6º, e do artigo 8º, do Decreto Executivo nº 28.195, de 16 de agosto de 2007, que regulamenta no âmbito do Distrito Federal o art. 45 da Lei Federal nº 8.112/90, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento dos servidores e militares, e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS**1º Dia: 29/11/16****Último Dia: 13/12/16**

COMISSÃO DE ECONOMIA ORÇAMENTO E FINANÇAS

- **PROJETO DE LEI nº 237/2015**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) RODRIGO DELMASSO, que *dispõe sobre a destinação de 5% (cinco por cento) da dotação prevista para publicidade oficial do Fundo de Saúde do Distrito Federal às campanhas de prevenção e combate ao preconceito contra a pessoa com epilepsia.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 12/12/16

Último Dia: 08/02/17

- **PROJETO DE LEI nº 313/2015**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) AGACIEL MAIA, que *institui o Programa de Incentivo a Cidadania Ambiental.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 09/12/16

Último Dia: 07/02/17

- **PROJETO DE LEI nº 497/2015**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ROBÉRIO NEGREIROS, que *dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições públicas do Distrito Federal em informar o consumo mensal de água e energia.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 09/12/16

Último Dia: 07/02/17

- **PROJETO DE LEI nº 782/2015**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) LILIANE RORIZ, que *inclui os equipamentos públicos que especifica na política de segurança alimentar de que trata a Lei nº 4.085, de 10 de janeiro de 2008, que "Dispõe sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 05/12/16

Último Dia: 01/02/17

- **PROJETO DE LEI nº 911/2016**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ROBÉRIO NEGREIROS, que *dispõe sobre a implantação do onco check-up obrigatório para pessoas a partir de quarenta anos de idade no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 12/12/16

Último Dia: 08/02/17

- **PROJETO DE LEI nº 1130/2016**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) JULIO CÉSAR, que *torna obrigatório às empresas do Sistema de Transporte Coletivo Interestadual separar guichê próprio para o exercício do direito à gratuidade pelas pessoas idosas e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 01/12/16

Último Dia: 14/12/16

- **PROJETO DE LEI nº 1141/2016**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) DELMASSO, que *institui diretrizes para a Política Pública Distrital de Combate à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 01/12/16

Último Dia: 14/12/16

- **PROJETO DE LEI nº 1350/2016**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) CLAUDIO ABRANTES, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de informação sobre a pontuação das infrações de trânsito e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 29/11/16

Último Dia: 13/12/16

- **PROJETO DE LEI nº 1373/2016**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) PROFESSOR REGINALDO VERAS, que *altera dispositivos da Lei 4.159, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias, bens e tomadores de serviços, para implantar o sistema de nota legal solidária, no Distrito Federal.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 06/12/16

Último Dia: 02/02/17

- **PROJETO DE LEI nº 1388/2016**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) RAFAEL PRUDENTE, que *acrescenta dispositivo a Lei 5.695/2016, que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências".*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 09/12/16

Último Dia: 07/02/17

- **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 19/2015**, de autoria do EXECUTIVO LOCAL, que *institui o regime de previdência complementar no âmbito do Distrito Federal, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que*

trata o art. 40, da Constituição Federal, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar, na forma de fundação, e dá outras providências.

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 13/12/16

Último Dia: 09/02/17

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

- PROJETO DE LEI nº 30/2015, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) DELMASSO, que *dispõe sobre a proibição da exibição de materiais pornográficos em outdoor, banner, busdoor e similares.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 01/12/16

Último Dia: 14/12/16

- PROJETO DE LEI nº 1359/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) DELMASSO, que *altera a Lei nº 4.730, de 28 de dezembro de 2011, que "Cria a Notificação Compulsória de Violência contra Criança ou Adolescente" e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 29/11/16

Último Dia: 13/12/16

- PROJETO DE LEI nº 1362/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) DELMASSO, que *altera a Lei nº 1410, de 18 de março de 1997, que "Dá a denominação de Parque Dona Sarah Kubitschek ao Parque Recreativo Rogério Python Farias".*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 29/11/16

Último Dia: 13/12/16

- PROJETO DE LEI nº 1385/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) RAIMUNDO RIBEIRO, que *dispõe sobre a disponibilização de cadeira de rodas nas repartições públicas do Distrito Federal e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 12/12/16

Último Dia: 08/02/17

- PROJETO DE LEI nº 1389/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) LILIANE RORIZ, que *declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Autismo Comportamento e Intervenção – ABRACI do Distrito Federal.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 12/12/16

Último Dia: 08/02/17

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 225/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) LIRA, que *concede o Título de Cidadã Honorária à Senhora Lúcia Divina Barreira Bessa.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 06/12/16

Último Dia: 02/02/17

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 226/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) LIRA, que *concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Braulina Mendes Carvalho.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 06/12/16

Último Dia: 02/02/17

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 227/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) RICARDO VALE, que *concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor João Tenório de Albuquerque.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 06/12/16

Último Dia: 02/02/17

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

- PROJETO DE LEI nº 1351/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) CLAUDIO ABRANTES, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de informação ao consumidor antecipadamente sobre interrupção, cancelamento ou qualquer alteração de cobrança em débito automático.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 29/11/16

Último Dia: 13/12/16

- PROJETO DE LEI nº 1352/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) CLAUDIO ABRANTES, que *estabelece a obrigatoriedade de indicação expressa, na parte frontal dos rótulos de todos produtos, comercializados no Distrito Federal, que utilizem gás butano e/ou propano, sobre o risco de morte que a prática de inalar referido gás pode causar.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 29/11/16

Último Dia: 13/12/16

- **PROJETO DE LEI nº 1353/2016**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) CLAUDIO ABRANTES, que *dispõe sobre a proibição no âmbito do Distrito Federal de as empresas de televisão por assinatura efetuarem cobranças, ou qualquer outro tipo de aviso aos assinantes, por meio de mensagens condicionada durante a programação habitual.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 29/11/16

Último Dia: 13/12/16

- **PROJETO DE LEI nº 1377/2016**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) LILIANE RORIZ, que *Dispõe sobre a fixação de placas ou adesivos nos postos revendedores de combustíveis orientando o consumidor sobre o direito ao teste de qualidade do combustível e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 12/12/16

Último Dia: 08/02/17

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

- **PROJETO DE LEI nº 1354/2016**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) WASNY DE ROURE, que *dispõe sobre a implantação de medidas de informação à mulheres grávidas e paridas sobre a política nacional de atenção obstétrica e neonatal, visando, principalmente, a proteção destas no cuidado da atenção obstétrica no Distrito Federal.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 29/11/16

Último Dia: 13/12/16

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA

- **PROJETO DE LEI nº 1357/2016**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) DELMASSO, que *institui a Semana de Conscientização para o Uso Inteligente da Internet no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 29/11/16

Último Dia: 13/12/16

- **PROJETO DE LEI nº 1358/2016**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) DELMASSO, que *institui diretrizes à Política Distrital de Prevenção e Combate à Surdez na Infância e em Recém-Nascidos, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS**1º Dia: 29/11/16****Último Dia: 13/12/16**

- PROJETO DE LEI nº 1361/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) SANDRA FARAJ, que *institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal a "Semana da Conscientização, Combate e Prevenção à Automotilação"*.

PRAZO PARA EMENDAS**1º Dia: 29/11/16****Último Dia: 13/12/16**

- PROJETO DE LEI nº 1371/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) RAFAEL PRUDENTE, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação compulsória da neoplastia maligna, no Distrito Federal e dá outras providências*.

PRAZO PARA EMENDAS**1º Dia: 06/12/16****Último Dia: 02/02/17**

- PROJETO DE LEI nº 1371/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) RAIMUNDO RIBEIRO, que *institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Advogado Criminalista*.

PRAZO PARA EMENDAS**1º Dia: 06/12/16****Último Dia: 02/02/17****COMISSÃO DE SEGURANÇA**

- PROJETO DE LEI nº 1212/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) DELMASSO, que *institui a Política Distrital de Busca de Crianças e Adolescentes Desaparecidos no âmbito do Distrito Federal*.

PRAZO PARA EMENDAS**1º Dia: 01/12/16****Último Dia: 14/12/16****COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO**

- PROJETO DE LEI nº 1355/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) DELMASSO, que *altera a Lei nº 1300, de 16 de dezembro de 1996, que "Cria o Parque Ecológico e Vivencial de Candangolândia"*.

PRAZO PARA EMENDAS**1º Dia: 29/11/16****Último Dia: 13/12/16**

- PROJETO DE LEI nº 1356/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) DELMASSO, que *altera a Lei nº 2007, de 20 de julho de 1998, que "Dispõe sobre a criação do Parque Ecológico Norte e dá outras providências"*.

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 29/11/16

Último Dia: 13/12/16

- PROJETO DE LEI nº 1378/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) DELMASSO, que *altera a Lei nº 1594, de 25 de julho de 1997, que "Dispõe sobre a criação do Parque Ecológico Garça Branca, na Região Administrativa XVI – Lago Sul"*.

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 12/12/16

Último Dia: 08/02/17

- PROJETO DE LEI nº 1379/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) DELMASSO, que *altera a Lei nº 576, de 26 de outubro de 1993, que "Cria o Parque Três Meninas na Região Administrativa de Samambaia (RA XII), e dá outras providências"*.

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 12/12/16

Último Dia: 08/02/17

- PROJETO DE LEI nº 1380/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) DELMASSO, que *altera a Lei nº 2.355, de 26 de abril de 1999, que "Cria o Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho"*.

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 12/12/16

Último Dia: 08/02/17

- PROJETO DE LEI nº 1381/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) DELMASSO, que *altera a Lei nº 1.002, de 02 de janeiro de 1996, que "Cria a Área de Relevante Interesse Ecológico denominada Parque Juscelino Kubitscheck e dá outras providências"*.

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 12/12/16

Último Dia: 08/02/17

- PROJETO DE LEI nº 1386/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) RAIMUNDO RIBEIRO, que *institui a implantação de atividades esportivas e de lazer, nos fins de semana nas escolas públicas*.

PRAZO PARA EMENDAS**1º Dia: 12/12/16****Último Dia: 08/02/17**

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 88/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) DELMASSO, que *altera a Lei Complementar nº 623, de 09 de julho de 2002, que "Cria o Parque Ecológico Vivencial Estância, na Região Administrativa de Planaltina RA VI, e dá outras providências"*.

PRAZO PARA EMENDAS**1º Dia: 06/12/16****Último Dia: 02/02/17**

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 89/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) DELMASSO, que *altera a Lei Complementar nº 57, de 14 de janeiro de 1998, que "Cria o Parque Vivencial do Anfiteatro Natural do Lago Sul, na Região Administrativa XVI"*.

PRAZO PARA EMENDAS**1º Dia: 06/12/16****Último Dia: 02/02/17**

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 91/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) DELMASSO, que *altera a Lei Complementar nº 121, de 28 de julho de 1998, que "Cria a Reserva Hídrica do Rio Maranhão"*.

PRAZO PARA EMENDAS**1º Dia: 09/12/16****Último Dia: 07/02/17**

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 92/2016, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) DELMASSO, que *altera a Lei Complementar nº 287, de 15 de abril de 2000, que "Cria o Parque Ecológico Águas Claras, na Região Administrativa de Taguatinga – RA III"*.

PRAZO PARA EMENDAS**1º Dia: 09/12/16****Último Dia: 07/02/17**

- **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 93/2016**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) DELMASSO, que *altera a Lei Complementar nº 638, de 14 de agosto de 2002, que "Cria o Parque Lago do Cortado, na Região Administrativa de Taguatinga – RA III".*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 09/12/16

Último Dia: 07/02/17

- **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 94/2016**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) DELMASSO, que *altera a Lei Complementar nº 743, de 25 de outubro de 2007, que "Cria o parque de uso múltiplo denominado Centro de Lazer e Cultura Viva Sobradinho e dá outras providências".*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 09/12/16

Último Dia: 07/02/17

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

- **PROJETO DE LEI nº 1394/2016**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) DELMASSO, que *disciplina a aplicação de percentuais de publicidade para ações e programas, bem como estabelece procedimentos e rotinas para prevenir a prática de atos de corrupção.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 12/12/16

Último Dia: 08/02/17

MESA DIRETORA

- **PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 33/2016**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) DELMASSO, que *acrescenta o art. 6º-A na Resolução nº 255, de 02 de fevereiro de 2012, que "dispõe sobre o registro de frentes parlamentares na Câmara Legislativa do Distrito Federal".*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 29/11/16

Último Dia: 13/12/16

- **PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 36/2016**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) RAIMUNDO RIBEIRO, que *denomina "Lindberg Aziz Cury" o auditório do edifício sede da Câmara Legislativa do Distrito Federal.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 12/12/16

Último Dia: 08/02/17

NOTA - De acordo com o art. 147, do RI/CLDF, o prazo para apresentação de emendas junto às Comissões é de dez dias úteis.

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES

SACP - SETOR DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO

PROPOSIÇÕES EM FASE DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO EM PLENÁRIO, QUE RECEBERÃO **PARECER PELA INADMISSIBILIDADE** NAS COMISSÕES. (arts. 143 e/ou 152, do RI/CLDF):

COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

- **PROJETO DE LEI nº 13/2015**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) LILIANE RORIZ, que *concede desconto, nos casos que especifica, no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 09/12/16

Último Dia: 15/12/16

NOTA: De acordo com os arts. 143, § 2º e/ou 152, do RI/CLDF, o prazo para apresentação de recurso é de cinco dias úteis.

Comissão de Constituição e Justiça

ERRATA DA PAUTA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Na publicação da pauta desta Comissão, que consta no DCL nº 227, de 12/12/2016, segunda-feira, página 21:

ONDE SE LÊ:

26 – PDL 188/2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “susta a aplicação do Decreto nº 37.506, de 22 de julho de 2016, do Governador do Distrito Federal”.

LEIA-SE:

26 – PDL 200/2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure e outros, que “susta os efeitos da Resolução nº17, de 07 de outubro de 2016, da Agência Reguladora de Água, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal, que estabelece a tarifa de contingência para os serviços públicos de abastecimento de água do Distrito Federal, prestado pela Companhia de Saneamento Ambiental e dá outras providências”.

Por fim, segue abaixo a pauta atualizada com a devida errata:

PAUTA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

LOCAL: SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES

DATA: 13 de dezembro de 2016 (terça-feira), às 11h

I – COMUNICADOS

1. DE MEMBROS DA COMISSÃO
2. DA PRESIDENTE DA COMISSÃO

II – MATÉRIAS PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

01 – PL 1321/2016, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece a pauta de valores venais dos veículos automotores registrados e licenciados no Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA para o exercício de 2017”.

RELATORIA: Deputada Sandra Faraj

PARECER: Admissibilidade na forma da emenda 01 da CCJ

02 – PL 1322/2016, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece a pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, para o exercício de 2017, e dá outras providências”.

RELATORIA: Deputada Sandra Faraj

PARECER: Admissibilidade na forma da emenda 03 da CCJ

03 – PL 884/2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “determina que os estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas estampem, de forma clara e de fácil visualização para todos os clientes, informações acerca de instituições que se dedicam ao tratamento de alcoolismo”.

RELATORIA: Deputado Chico Leite

PARECER: Admissibilidade

04 – PL 1170/2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “determina que os Serviços de Saúde do Distrito Federal noticiem ao órgão responsável do Poder Executivo os casos de doença renal crônica”.

RELATORIA: Deputado Chico Leite

PARECER: Admissibilidade na forma da emenda da CCJ

05 – PL 2063/2014, de autoria do Deputado Joe Valle, que “altera a Lei nº 4.326 de 22 de maio de 2009”.

RELATORIA: Deputado Raimundo Ribeiro

PARECER: Admissibilidade

06 – PL 920/2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “proíbe a venda casada de ingressos e bebidas alcoólicas em eventos no Distrito Federal”.

RELATORIA: Deputado Raimundo Ribeiro

PARECER: Admissibilidade

07 – PL 300/2011, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de coletores de lixo eletrônico nas estações do metrô e outros locais que especifica, no âmbito do Distrito Federal”.

RELATORIA: Deputado Robério Negreiros

PARECER: Admissibilidade na forma do Substitutivo da CCJ

08 – PL 561/2011, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “institui a campanha permanente de esclarecimento e prevenção do contágio de hepatite dos tipos B e C, voltada aos profissionais de salões de beleza e estabelecimentos congêneres”.

RELATORIA: Deputado Robério Negreiros

PARECER: Admissibilidade

09 – PL 775/2012, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “dispõe sobre a instalação de sensores e válvulas de bloqueios de gás nos estabelecimentos e condições que especifica, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

RELATORIA: Deputado Robério Negreiros

PARECER: Admissibilidade na forma do Substitutivo da CCJ

10 – PL 948/2012, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “regulamenta a iniciativa popular, o plebiscito e o referendo no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

RELATORIA: Deputado Robério Negreiros

PARECER: Admissibilidade

11 – PL 1387/2013, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “proíbe a inserção, pelas empresas de telefonia móvel e durante as ligações efetuadas por clientes, de mensagem de voz com cobrança por fatura em atraso e dá outras providências”.

RELATORIA: Deputado Robério Negreiros

PARECER: Admissibilidade

12 – PL 1433/2013, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a proteção e segurança dos usuários de estacionamentos pagos no Distrito Federal”.

RELATORIA: Deputado Robério Negreiros

PARECER: Admissibilidade na forma da emenda da CCJ

13 – PL 1959/2014, de autoria do Deputado Joe Valle, que “institui e inclui no Calendário de Eventos do Distrito Federal o Dia do Tai Chi a ser comemorado em 19 de outubro”.

RELATORIA: Deputado Robério Negreiros

PARECER: Admissibilidade

14 – PL 278/2015, de autoria do Deputado Júlio César, que “inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal e no Calendário Escolar da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal agosto como o Mês da juventude”.

RELATORIA: Deputado Robério Negreiros

PARECER: Admissibilidade

15 – PL 310/2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o evento Auto de Páscoa”.

RELATORIA: Deputado Robério Negreiros

PARECER: Admissibilidade

16 – PL 374/2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “introduz alterações na Lei nº 3.212, de 30 de outubro de 2003, que ‘torna obrigatória a afixação de avisos nas portas externas dos elevadores instalados nas edificações públicas e particulares do Distrito Federal e dá outras providências’ ”.

RELATORIA: Deputado Robério Negreiros

PARECER: Admissibilidade

17 – PL 477/2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “determina que todos os hospitais e clínicas que realizam exames de raios X no âmbito do Distrito Federal disponibilizem aos pacientes aventais de proteção radiológica, protetores de tireoide e óculos plumbíferos com proteção frontal e lateral e dá outras providências”.

RELATORIA: Deputado Robério Negreiros

PARECER: Admissibilidade

18 – PL 584/2015, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre a inclusão, no Calendário Oficial do Distrito Federal, do Dia do Agente Policial de Custódia da Polícia Civil do Distrito Federal, a ser comemorada no dia 28 de julho de cada ano”.

RELATORIA: Deputado Robério Negreiros

PARECER: Admissibilidade na forma da emenda da CESC

19 – PL 883/2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “institui a Semana Distrital de Combate ao Alcoolismo e dá outras providências”.

RELATORIA: Deputado Robério Negreiros

PARECER: Admissibilidade

20 – PDL 79/2015, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Lydia Garcia”.

RELATORIA: Deputado Robério Negreiros

PARECER: Admissibilidade

21 – PDL 94/2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “concede o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Senhor Fábio Hiroshi Shimamoto”.

RELATORIA: Deputado Robério Negreiros

PARECER: Admissibilidade

22 – PDL 124/2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Francisco de Paula Lima Junior”.

RELATORIA: Deputado Robério Negreiros

PARECER: Admissibilidade na forma do Substitutivo da CCJ

23 – PDL 130/2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Professor Dr. João Ferreira”.

RELATORIA: Deputado Robério Negreiros

PARECER: Admissibilidade

24 – PDL 171/2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “concede, *post mortem*, o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Professor Felipe Tiago Gomes”.

RELATORIA: Deputado Robério Negreiros

PARECER: Admissibilidade

25 – PDL 172/2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Maria Isabel Caetano dos Reis”.

RELATORIA: Deputado Robério Negreiros

PARECER: Admissibilidade

26 – PDL 200/2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure e outros, que “susta os efeitos da Resolução nº17, de 07 de outubro de 2016, da Agência Reguladora de Água, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal, que estabelece a tarifa de contingência para os serviços públicos de abastecimento de água do Distrito Federal, prestado pela Companhia de Saneamento Ambiental e dá outras providências”.

RELATORIA: Deputado Chico Leite

PARECER: Inadmissibilidade

27 – RQ 03/2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa, em data a ser oportunamente definida, com o objetivo de debater o Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2015, que, entre outras providências, institui o regime de previdência complementar no Distrito Federal”.

28 – PLC 63/2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 855, de 19 de novembro de 2012, que desafeta áreas públicas de uso comum do povo, na Região Administrativa de Brasília - RA I, e dá outras providências”.

RELATORIA: Deputada Sandra Faraj

PARECER: Admissibilidade

29 – PLC 76/2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 679, de 30 de dezembro de 2002, que cria área para instalação do Parque Tecnológico Capital Digital”.

RELATORIA: Deputada Sandra Faraj

PARECER: Admissibilidade

30 – PLC 81/2016, de autoria do Poder Executivo, que “Define parâmetros de uso e ocupação do solo para o Lote N da QI 07 (atual QI 21) do Setor de Habitações Individuais Sul - SHIS, da Região Administrativa do Lago Sul - RA XVI”.

RELATORIA: Deputada Sandra Faraj

PARECER: Admissibilidade

31 – PLC 87/2016, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a redação das Leis Complementares nº 769/08, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF, e dá outras providências, e nº 840/11, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, no que se refere à previsão do auxílio-doença e a concessão da licença para tratamento de saúde”.

RELATORIA: Deputada Sandra Faraj

PARECER:

32 – PL 267/2015 (apenso PL 821/2015), de autoria do Dep. Cristiano Araújo, que “Dispõe sobre as políticas públicas para a Primeira Infância no Distrito Federal e dá outras providências”.

RELATORIA: Deputada Sandra Faraj

PARECER:

33 – PL 1235/2016, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a Inspeção Sanitária e Industrial dos produtos de origem animal, vegetal e de microorganismos processados no Distrito Federal e dá outras providências”.

RELATORIA: Deputada Sandra Faraj

PARECER:

34 – PL 1323/2016, de autoria do Poder Executivo, que “Cria o Conselho Distrital de Promoção da Igualdade Racial - CODIPIR, dispõe sobre suas atribuições e sua organização e dá outras providências”.

RELATORIA: Deputada Sandra Faraj

PARECER:

35 – PL 1339/2016, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 3.669, de 13 de setembro de 2005, que dispõe sobre a Carreira Atividades Penitenciárias e respectivos cargos no Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências”.

RELATORIA: Deputada Sandra Faraj

PARECER:

36 – PL 1366/2016, de autoria do Poder Executivo, que “Reduz em 10% o montante dos benefícios e incentivos fiscais do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS que especifica, nos termos do Convênio ICMS 42, de 3 de maio de 2016, e dá outras providências”.

RELATORIA: Deputada Sandra Faraj

PARECER:

37 – PL 1367/2016, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 5.017, de 18 de janeiro de 2013, e dá outras providências”.

RELATORIA: Deputada Sandra Faraj

PARECER:

38 – PL 1390/2016, de autoria do Poder Executivo, que “Suspende a exigibilidade e concede remissão e isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e da Taxa de Limpeza Pública - TLP, à Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, na forma que especifica, e dá outras providências”.

RELATORIA: Deputada Sandra Faraj

PARECER:

39 – PL 1393/2016, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 5.422, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre a obrigatoriedade de avaliação dos impactos das políticas fiscais, tributárias e creditícias do Governo do Distrito Federal e dá outras providências”.

RELATORIA: Deputada Sandra Faraj

PARECER:

40 – PL 1396/2016, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 4.733, de 29 de dezembro de 2011, que concede isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA na aquisição de veículos novos e dá outras providências”.

RELATORIA: Deputada Sandra Faraj

PARECER:


Eduardo Miranda Melis
Secretário – CCJ

Comissão de Assuntos Sociais

RESULTADO DE PAUTA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA SÉTIMA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2016 (SEGUNDA-FEIRA) - ÀS 11:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES, TÉRREO SUPERIOR.

I- Discussão e Votação da Proposição a seguir:

- 1. Parecer ao Projeto de Lei nº 1.339/2016 de autoria do Poder Executivo** que "Altera a Lei nº 3.669, de 13 de setembro de 2005, que dispõe sobre a Carreira Atividades Penitenciárias e respectivos cargos no Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências".

Relatoria: Deputada Luzia de Paula

Parecer: Pela aprovação do projeto.

RESULTADO: APROVADO

- 2. Parecer ao Projeto de Lei nº 1.364/2016 de autoria do Poder Executivo** que "Autoriza a Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal a se filiar às redes, fóruns, organismos e instituições de caráter internacional".

Relatoria: Deputada Luzia de Paula

Parecer: Pela aprovação do projeto.

RESULTADO: APROVADO

- 3. Parecer ao Projeto de Lei nº 1.376/2016 de autoria do Poder Executivo** que "Altera a Lei nº 4.220, de 09 de outubro de 2008, que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e dá outras providências".

Relatoria: Deputada Luzia de Paula

Parecer: Pela aprovação do projeto, acatando a Emenda apresentada.

RESULTADO: APROVADO

- 4. Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2015, de autoria do Poder Executivo,** que "Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Distrito Federal, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o art. 40, da Constituição Federal, autoriza a criação de

entidade fechada de previdência complementar, na forma de fundação, e dá outras providências”.

Relatoria: Deputado Prof.º Israel Batista

Parecer: Pela aprovação do projeto, na forma do Substitutivo apresentado, acatando as Emendas Modificativas nº 1 acatada em parte, 2, 6, 8, 9 acatada em parte, 11 acatada em parte, 12, 13 acatada em parte, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37 e 38, acatando a Emenda Aditiva nº 7, acatando as Emendas Supressivas nº 39, 40, 41, 42, 43 e 44, acatando a Emenda de Redação nº 45 e Rejeitando as Emendas Modificativas nº 3, 5, 6, 10, 14, 16 e 17 e Rejeitando a Emenda Aditiva nº 4 e Rejeitando Supressiva nº 17.

RESULTADO: APROVADO

- 5. Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 87/2016 de autoria do Poder Executivo** que “Altera a redação das Leis Complementares nº 769/08, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF, e dá outras providências, e nº 840/11, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais, no que se refere à previsão do auxílio-doença e a concessão de licença para tratamento de saúde”.

Relatoria: Deputado Prof.º Israel Batista

Parecer: Pela aprovação do projeto, na forma do Substitutivo apresentado.

RESULTADO: APROVADO

- 6. Parecer ao Projeto de Lei nº 1.186/2016 de autoria do Poder Executivo**, que “Dispõe sobre as organizações sociais no âmbito do Distrito Federal”.

Relatoria: Deputado Prof.º Israel Batista

Parecer: Pela aprovação do projeto, acatando as Emendas nº 13 a 22 e pela Rejeição das Emendas nº 23 e 24 apresentadas na Comissão de Educação, Saúde e Cultura e acatando a Emenda Aditiva nº 25 apresentada na CAS.

Obs.: as emendas de nº 1 a 12 forma retiradas.

RESULTADO: APROVADO

Romice Xavier da Silva Santos

Secretária da CAS

Comissão de Assuntos Fundiários

CONVOCAÇÃO

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários - CAF, Deputada Telma Rufino, no uso de suas atribuições regimentais, nos termos do artigo 78 do Regimento Interno, tem a honra de convocar os senhores Deputados membros desta Comissão para a **5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**, a realizar-se no dia **14 de dezembro de 2016**, quarta-feira, às **14h**, na Sala de Reunião das Comissões.

Solicito aos Senhores Deputados que, na impossibilidade de seu comparecimento, comuniquem o fato aos respectivos suplentes para fins de substituição.

Brasília, 12 de dezembro de 2016.

Respeitosamente,

Fábio Fuzeira
Secretário da CAF

DA COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - CAF
PAUTA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA DA
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Local: Sala de Reuniões das Comissões

Data: 14 de dezembro de 2016, 14h.

ITEM I – COMUNICADOS**ITEM II - EXPEDIENTE**

- Ata da 3ª Reunião Extraordinária – 30/08/2016
- Ata da 6ª Reunião Ordinária – 28/09/2016
- Ata da 4ª Reunião Extraordinária – 06/10/2016

ITEM III - PROPOSIÇÕES PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**1) PL 1.281/2016, de autoria do Poder Executivo.**

Institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP e dá outras providências.

Relatora: Deputada Telma Rufino.

Parecer: Pela aprovação nos termos da emenda substitutiva.

2) PLC 63/2016, de autoria do Poder Executivo.

Altera a Lei Complementar nº 855, de 19 de novembro de 2012, que desafeta áreas públicas de uso comum do povo, na Região Administrativa de Brasília - RA I, e dá outras providências.

Relator: Deputada Telma Rufino.

Parecer: Pela aprovação, com 1 emenda modificativa e 1 emenda aditiva.

3) PLC 76/2016, de autoria do Poder Executivo.

Altera a Lei Complementar nº 679, de 30 de dezembro de 2002, que cria área para instalação do Parque Tecnológico Capital Digital.

Relator: Deputada Telma Rufino.

Parecer: Pela aprovação.

4) PLC 81/2016, de autoria do Poder Executivo.

Define parâmetros de uso e ocupação do solo para o Lote N da QI 07 (atual QI 21) do Setor de Habitações Individuais Sul – SHIS, da Região Administrativa do Lago Sul – RA XVI.

Relator: Deputada Telma Rufino.

Parecer: Pela aprovação.

5) PLC 86/2016, de autoria do Poder Executivo.

Desconstitui a área para Igreja, desafeta áreas públicas de uso comum do povo, define parâmetros de uso e ocupação do solo e cria o Parque Ecológico das Garças, no Trecho 15, Pontão do Lago Norte - Projeto Orla - Polo 1, na Região Administrativa do Lago Norte - RA XVIII.

Relatora: Deputada Telma Rufino.

Parecer: Pela aprovação.

6) PL 1.163/2016, de autoria do Deputado Delmasso.

Altera a Lei nº 3.542, de 11 de janeiro de 2005, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de informações técnicas nas placas de obras ou serviços de engenharia contratados pela Administração Pública do Distrito Federal e dá outras providências”.

Relator: Deputada Telma Rufino.

Parecer: Pela aprovação, nos termos da emenda substitutiva.

7) PL 1.281/2016, de autoria do **Poder Executivo**.

Institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP e dá outras providências.

Relatora: Deputada Telma Rufino.

Parecer: Pela aprovação nos termos da emenda substitutiva.

8) IND 8.442/2016, de autoria da **Deputada Telma Rufino**.

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação/Segeth e demais órgãos de governo envolvidos, incluir o Condomínio Mini Chácaras nos estudos para revisão do PDOT, visando a regularização da referida área.

9) IND 8.443/2016, de autoria da **Deputada Telma Rufino**.

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação/Segeth e demais órgãos de governo envolvidos, incluir o Condomínio Estância Quintas da Alvorada nos estudos para revisão do PDOT, visando a regularização da referida área.

10) IND 8.446/2016, de autoria da **Deputada Telma Rufino**.

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação/Segeth e demais órgãos de

governo envolvidos, incluir a Vila Cauhy nos estudos para revisão do PDOT, visando a regularização da referida área.

11) IND 8.732/2016, de autoria do **Deputado Wellington Luiz**.

Sugere ao Governador do Distrito Federal, por meio da Codhab, que sejam entregues as escrituras definitivas aos moradores da expansão do Setor "O" Ceilândia-DF RA IX.

12) IND 9.034/2016, de autoria do **Deputado Raimundo Ribeiro**.

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS, ações que visem à administrativa de Sobradinho II – RA XXVI.

13) IND 9.039/2016, de autoria da **Deputada Telma Rufino** e outros.

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal a implantação do Plano Distrital de Reforma Agrária.

14) IND 9.048/2016, de autoria da **Deputada Celina Leão**.

Sugere ao Governo do Distrito Federal, por meio da Administração Regional de Recanto das Emas - Ra XV, que promova a entrega de licenças de funcionamento aos estabelecimentos comerciais daquela região administrativa.

15) IND 9.049/2016, de autoria da **Deputada Celina Leão**.

Sugere ao Poder Executivo, através da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação que promova a entrega das escrituras dos imóveis aos moradores das quadras 600 da Região Administrativa do Recanto das Emas – RA XV.

16) IND 9.052/2016, de autoria da **Deputada Celina Leão**.

Sugere ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação que possa viabilizar a regularização dos lotes dos becos localizados nas quadras 2 a 6 norte, da região administrativa de Brazlândia – RA IV.

17) IND 9.079/2016, de autoria da **Deputada Celina Leão**.

Sugere ao senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação, a imediata adoção de medidas com vistas à regularização do cercamento de áreas públicas com grades, contíguas aos prédios de habitação coletiva do Gama – RA II.

18) IND 9.303/2016, de autoria do **Deputado Delmasso**.

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – Região Administrativa do Itapoã – RA XXVIII.

19) REQ 06/2016, de autoria da **Deputada Telma Rufino**.

Requer à Comissão de Assuntos Fundiários a realização de levantamento das chácaras no Setor de Chácaras do Núcleo Bandeirante na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante – RA VIII.


Fábio Fuzeira

Secretário - CAF

Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo

RESULTADO DA PAUTA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 7ª LEGISLATURA, DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Local: Sala de Reunião das Comissões**Data:** Realizada em 08 de dezembro de 2016, às 9h30

I – Expedientes

1. Leitura da Ata da 1ª Reunião Extraordinária de 02/02/2016.
2. Leitura da Ata da 1ª Reunião Ordinária de 03/03/2016.
3. Leitura da Ata da 2ª Reunião Ordinária de 28/04/2016.
4. Leitura da Ata da 3ª Reunião Ordinária de 25/08/2016.
5. Leitura da Ata da 4ª Reunião Extraordinária de 31/08/2016.
6. Leitura da Ata da 4ª Reunião Ordinária de 15/09/2016.
7. Leitura da Ata da 5ª Reunião Extraordinária de 06/09/2016.
8. Leitura da Ata da 5ª Reunião Ordinária de 13/10/2016.
9. Leitura da Ata da 6ª Reunião Extraordinária de 27/09/2016.
10. Leitura da Ata da 6ª Reunião Ordinária de 27/10/2016.

Resultado: APROVADAS COM 3 VOTOS FAVORÁVEIS E 2 AUSÊNCIAS

II - COMUNICADOS**III – MATÉRIAS PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:**

1) Projeto de Lei nº 125/2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula e do Executivo

"Institui a Política de Agroecologia e Produção Orgânica do Distrito Federal-PAPO/DF e dá outras providências.".

Relatoria: Deputado Delmasso

Parecer: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo apresentado na CCJ, e pela inadmissibilidade das demais emendas apresentadas.

Resultado: APROVADO COM 3 VOTOS FAVORÁVEIS E 2 AUSÊNCIAS

2) Projeto de Lei Complementar nº 51/2015, de autoria do Poder Executivo

"Desafeta área pública de uso comum do povo e afeta bem dominial no Conjunto 1 do Setor de Mansões Dom Bosco - SMDB, na Região administrativa do Lago Sul - RA XVI, e dá outra providências.".

Relatoria: Deputado Cristiano Araújo

Parecer: Pela aprovação da matéria, e da emenda aditiva nº 1, na forma da subemenda do relator.

Resultado: APROVADO COM 3 VOTOS FAVORÁVEIS E 2 AUSÊNCIAS

3) Projeto de Lei nº 1235/2016, de autoria do Poder Executivo

"Dispõe sobre a Inspeção Sanitária e Industrial dos produtos de origem animal, vegetal e de microorganismos processados no Distrito Federal e dá outras providências.".

Relatoria: Deputado Cristiano Araújo

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: APROVADO COM 3 VOTOS FAVORÁVEIS E 2 AUSÊNCIAS

4) Projeto de Lei nº 1367/2016, de autoria do Poder Executivo

"Altera a Lei nº 5.017, de 18 de janeiro de 2013, e dá outras

providências.”.

Relatoria: Deputado Cristiano Araújo

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: APROVADO COM 3 VOTOS FAVORÁVEIS E 2 AUSÊNCIAS

5) Projeto de Lei nº 1992/2014, de autoria do **Deputado Joe Valle**

“Institui e inclui no Calendário de eventos do Distrito Federal o Dia do Turismo Rural a ser comemorado em 17 de setembro.”.

Relatoria: Deputada Liliane Roriz

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: TRANSFERIDO PARA PRÓXIMA REUNIÃO

6) Projeto de Lei nº 313/2015, de autoria do **Deputado Agaciel Maia**

“Institui o Programa de Incentivo a Cidadania Ambiental”.

Relatoria: Deputada Sandra Faraj

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: APROVADO COM 3 VOTOS FAVORÁVEIS E 2 AUSÊNCIAS

7) Projeto de Lei nº 383/2015, de autoria do **Deputado Rafael Prudente**

“Proíbe a cobrança de Taxa de Esgoto nos casos que menciona e dá outras providências”.

Relatoria: Deputado Delmasso

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: TRANSFERIDO PARA PRÓXIMA REUNIÃO

8) Projeto de Lei nº 632/2015, de autoria do **Deputado Joe Valle**

“Dispõe sobre a política distrital de incentivo à formação de bancos comunitários de sementes de adubos verdes ”.

Relatoria: Deputada Liliane Roriz

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: TRANSFERIDO PARA PRÓXIMA REUNIÃO

9) Projeto de Lei nº 1031/2016, de autoria da **Deputada Luzia de Paula**

“Dispõe sobre a vedação da produção, distribuição, comercialização e uso de buzina de pressão à base dos gases propano e butano, envasado em tubo de aerossol, no âmbito do Distrito Federal”.

Relatoria: Deputada Liliane Roriz

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: TRANSFERIDO PARA PRÓXIMA REUNIÃO

10) Projeto de Lei nº 1083/2016, de autoria do **Deputado Robério Negreiros**

“Cria o programa de aproveitamento de madeira de podas de árvores - pampa, no âmbito do distrito federal e dá outras providências”.

Relatoria: Deputada Liliane Roriz

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: TRANSFERIDO PARA PRÓXIMA REUNIÃO

11) Projeto de Lei nº 112/2015, de autoria da **Deputada Luzia de Paula**

“Torna obrigatório o levantamento batimétrico para monitoramento e controle da qualidade e da quantidade das águas dos reservatórios utilizados para abastecimento público no âmbito do Distrito Federal”.

Relatoria: Deputado Cristiano Araújo

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: TRANSFERIDO PARA PRÓXIMA REUNIÃO

12) Projeto de Lei nº 497/2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros

"Dispõe sobre a obrigatoriedade das Instituições Públicas do Distrito Federal em informar o consumo mensal de água e energia".

Relatoria: Deputado Cristiano Araújo

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: APROVADO COM 3 VOTOS FAVORÁVEIS E 2 AUSÊNCIAS

13) Projeto de Lei nº 976/2016, de autoria do Deputado Cristiano Araújo

"Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais utilizarem canudo e copo fabricados com produtos biodegradáveis na forma que menciona".

Relatoria: Deputado Delmasso

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: APROVADO COM 3 VOTOS FAVORÁVEIS E 2 AUSÊNCIAS

14) Projeto de Lei nº 1121/2016, de autoria do Deputado Prof. Israel Batista

"Dispõe sobre a troca de materiais recicláveis por créditos em dinheiro nos sistemas de bilhetagem informatizada do sistema de transporte público coletivo do Distrito Federal".

Relatoria: Deputado Cristiano Araújo

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: TRANSFERIDO PARA PRÓXIMA REUNIÃO

15) Projeto de Lei nº 955/2016, de autoria da Deputada Luzia de Paula

"Dispõe sobre a instalação de bebedouros para cães nos parques públicos do Distrito Federal".

Relatoria: Deputada Liliane Roriz

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: TRANSFERIDO PARA PRÓXIMA REUNIÃO

16) Projeto de Lei nº 1123/2016, de autoria do Deputado Agaciel Maia

"Cria o sistema de adoção de lixeiras ao longo dos logradouros públicos no âmbito do distrito federal e dá outras providências".

Relatoria: Deputado Delmasso

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: TRANSFERIDO PARA PRÓXIMA REUNIÃO

17) Projeto de Lei nº 1239/2016, de autoria do Deputado Joe Valle

"Dispõe sobre a utilização de material reciclável nas decorações promovidas pelo Poder Público nas datas comemorativas, e dá outras providências".

Relatoria: Deputado Delmasso

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: TRANSFERIDO PARA PRÓXIMA REUNIÃO



Alex Leal Macedo
Secretário da CDESCTMAT

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 02/02/2016.

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, às onze horas e doze minutos, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT para a primeira reunião extraordinária, da segunda sessão legislativa, da sétima legislatura, presentes os Deputados Cristiano Araújo, Rodrigo Delmasso e Sandra Faraj, ausentes os Deputados Chico Vigilante e Liliane Roriz. O Presidente da Comissão, Deputado Cristiano Araújo, declarou aberta a reunião e informou que havia acordo sobre o cronograma de reuniões, que ocorrerão quinzenalmente, às quintas-feiras, às 10 horas e 30 minutos. Passou-se à apreciação dos itens de pauta. Requerimento nº 1, de 2016, de autoria da CDESCTMAT, que "requer a convocação da Presidente do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM para prestar esclarecimentos sobre matéria divulgada pela mídia local quanto a pedido de patrocínios para empresas que estão sob sua fiscalização". O requerimento foi aprovado com 3 votos favoráveis e 2 ausências. O Deputado Cristiano Araújo estranha o fato de pessoas com grandes interesses patrocinarem eventos da própria secretaria. O fato noticiado gerou insatisfação dos auditores da secretaria. A Deputada Sandra Faraj disse que seria necessário verificar junto ao Ibram se há licença ambiental pendente das empresas patrocinadoras do evento. O Deputado Cristiano Araújo disse que precisa ser verificado se a ordem cronológica do trabalho no Ibram está sendo respeitada. O Deputado Rodrigo Delmasso informou que estava com cópia de dois ofícios encaminhados, em 18 de janeiro de 2016, às empresas JC Gontijo Engenharia e Ciplan. O ofício informa a indisponibilidade de orçamento. Em pesquisa no SIGO (Sistema Integrado de Gestão Governamental), o Deputado notou que, no orçamento de 2015, havia pequeno orçamento para capacitação de servidores que poderia ser utilizado para evento neste ano. Comentou que a Presidente do Ibram poderia ter feito contato com algum Ministro de Estado para usar a Escola Nacional de Administração Pública. O Deputado Rodrigo Delmasso afirmou que ficou surpreso com a matéria e ressaltou que quem assume função pública e assina documento daquela natureza precisa vir à Câmara Legislativa explicar os motivos. A Deputada Sandra Faraj sugeriu o pedido ao governo da abertura de processo administrativo, em razão da vasta experiência da presidente do órgão. Deve-se esclarecer como foi pago e saber sobre a tramitação dos processos das empresas no Ibram. O Deputado Cristiano Araújo informou que decidiu pelo requerimento de convocação da Presidente do Ibram, marcada para o dia 25 de fevereiro, às 10h30. Declarou encerrada a reunião às 11h31. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Cristiano Araújo, e encaminhada para publicação.


Deputado Cristiano Araújo

Presidente da CDESCTMAT

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 03/03/2016.

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, às dez horas e cinquenta minutos, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento

Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT para a primeira reunião ordinária, da segunda sessão legislativa, da sétima legislatura, presentes os Deputados Cristiano Araújo, Rodrigo Delmasso, Liliane Roriz, Sandra Faraj e Chico Vigilante. O Presidente da Comissão, Deputado Cristiano Araújo, declarou aberta a reunião e pôs em pauta o item nº 1: Requerimento nº 1, de 2016, de autoria da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, que "requer a convocação da Presidente do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM para prestar esclarecimento sobre a matéria divulgada pela mídia local quanto ao pedido de patrocínio para empresas que estão sob a sua fiscalização". Em seguida, convidou a presidente do Ibram, Sra. Jane Maria Vilas Bôas, para compor a Mesa. O Deputado comentou sobre os fatos noticiados de que a presidente do Ibram pediu patrocínio para empresas fiscalizadas pelo órgão para realização de evento que o órgão teria condições de custear. A Sra. Jane Maria Vilas Bôas falou sobre os problemas enfrentados pelo Ibram: déficit de pessoal e déficit orçamentário, num modelo de trabalho sem informatização em que um processo pode chegar a 32 mil páginas. Para contornar as dificuldades, o Ibram adota algumas medidas, tais como articulação com a Casa Civil para obter apoio nas ações, como na orla do lago; convênio com o IFB para viabilizar a pós-graduação de servidores sem infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Informou que, quando trabalhou no Ministério do Meio Ambiente, os ministérios solicitavam patrocínio de empresas para realização das conferências nacionais. Quando se decidiu realizar o seminário no Ibram, havia o Decreto nº 36.471 com o objetivo de racionalizar e controlar a despesa pública. O art. 1º, inciso III, do decreto "veda gastos públicos, concursos, congressos, seminários e eventos afins". Não havia recursos orçamentários e, mesmo que houvesse, o evento estava vetado pelo decreto. A presidente do Ibram informou ter verificado no próprio órgão se havia vedação para o apoio da iniciativa privada e a resposta foi de que não havia proibição. Então, empresas foram consultadas, várias disseram que não podiam e algumas aceitaram consulta formal para avaliar se financiariam. Foi pedido o valor de R\$ 5 mil para três empresas: Ciplan, Geológica e JC Gontijo. Os recursos do patrocínio foram pagos diretamente ao hotel onde se realizou o seminário. No convite enviado aos 60 servidores encaminhou-se cópia do ofício para garantir transparência. O convite apenas a comissionados se justificou pela falta de recursos para pagamento de diárias. A Sra. Jane Maria Vilas Bôas reconheceu não ter tido o cuidado de fazer consultas por escrito, mas disse ter telefonado ao controlador geral para verificar eventual vedação em lei distrital, e ele informou não constatar problema. Também afirmou ter enviado ofício ao controlador geral com pedido de inspeção, além de ter enviado todo o material ao Ministério Público, que também será entregue aos Parlamentares. Colocou-se à disposição para vir à CLDF quantos vezes forem necessárias. O Deputado Rodrigo Delmasso afirmou que a vedação do Decreto nº 36.471, segundo o parágrafo 1º, refere-se a recursos do Tesouro do Distrito Federal (Fonte 100). O Ibram tem arrecadação própria no Fundo 220, por meio de compensações e multas ambientais, que não estava vedada pelo decreto. Ao comentar o detalhamento na Fonte 220, o Deputado disse que em 31 de dezembro de 2015 havia recursos disponíveis para realizar o evento que foi pago com patrocínio. Posteriormente o Deputado questionou sobre o recebimento e a execução dos recursos, e o motivo da não utilização dos recursos da Fonte 220. A presidente do Ibram informou que havia saldo na Fonte 220 e os recursos seriam necessários para pagamentos continuados em janeiro. Acrescentou que a manutenção adequada de cada parque custaria cerca de um milhão de reais, mas o órgão não dispõe do valor para manter os 74 parques e as 22 unidades de conservação. Sobre o custo, foram 15 mil reais para 60 pessoas, com 3 jantares, 2 almoços, hospedagem e 4 "coffee breaks". O foco e a imersão proporcionados pelo isolamento das pessoas ajudariam nos resultados. A dirigente do Ibram informou que, no dia 31 de dezembro de 2015, havia R\$ 38.684,33 na natureza de despesa passagem e despesa com locomoção. Quanto à despesa com o evento, informou os valores na nota fiscal emitida pelo Vale das Cachoeiras Hotel Fazenda: 10 mil reais pagos pela Geológica e 5 mil reais pagos pela JC Gontijo. Disse ainda que havia recebido determinação por decreto para cortar despesas e o contrato que permitia fazer eventos e pagar passagens e diárias foi oferecido como esforço para racionalizar despesas. O Deputado Cristiano Araújo perguntou se a dirigente conhecia o Sr. Cristiano Goulart Simas Gomes, intermediário nas relações entre o Ibram, a JC Gontijo e a

Geológica. Ela disse que não tinha lembrança de ter conversado com a pessoa referida pelo Deputado e informou que todas as reuniões realizadas no Ibram contam com a presença de técnicos, com registro do nome e do telefone dos participantes. O Deputado Chico Vigilante afirmou que o ponto a discutir não é a legalidade ou a existência de recurso, e sim o aspecto ético de pedir dinheiro a empresas com interesse direto no Ibram. O Deputado afirmou que a Geológica Consultoria tem diversos processos no órgão e foi a maior doadora do seminário Dimensão do Novo Gama. Após o patrocínio da JC Gontijo, que seria acionista da urbanizadora Paranoazinho, houve muita pressão pela liberação de licenças de interesse da empresa. Ainda segundo o Deputado, a presidente do Ibram teria intermediado apoio financeiro para evento realizado no Ministério Público. O Parlamentar comentou sobre a Quadra 500, sobre a licença de postos e sobre o centro administrativo, e perguntou como se faria uma gestão de qualidade com o convite apenas aos comissionados. Questionou ainda sobre outros pontos: a) quais as áreas de interesse e processos em análise das empresas JC Gontijo e Ciplan?; b) a Geológica Consultoria tem interesse na análise de processo no Ibram?; c) em contrapartida ao apoio financeiro no seminário, os diretores do Ibram estão fazendo pressão sobre servidores para a liberação de licença da JC Gontijo? Perguntou ainda sobre a análise dos processos para instalação de postos de combustível e a opinião da dirigente sobre o centro administrativo em Taguatinga. A Sra. Jane Maria Vilas Bôas disse que há várias formas de fazer contabilidade e nem sempre se chegará a consenso. Destacou que havia grande risco de não realizar o seminário e primou pela qualidade técnica. Não houve impedimento para a participação de técnicos e a dificuldade se deu pela impossibilidade de receber diárias ou outro tipo de compensação. O Ibram possui 60% dos cargos comissionados ocupados por servidores do próprio órgão, não se usou politicamente o órgão e se decidiu manter os servidores comissionados já treinados. O Ibram tem 4 mil processos de licenciamento para cerca de 45 analistas. Há pressão para que os funcionários trabalhem com qualidade e agilidade, mas não há pressão localizada, não há favorecimento de empresa. As empresas que provocam danos são autuadas e multadas. Quanto aos postos de combustível, a presidente do Ibram informou que existem mais de 500 pedidos de licenciamento e foi criada uma força-tarefa com 10 servidores do órgão. No prazo de um ano e meio se pretende zerar o passivo dos postos de combustível. O Deputado Chico Vigilante disse que em 2004 foi realizada uma CPI sobre os postos de combustível e na época só havia um posto regular no aspecto ambiental. A situação não mudou muito e há anseio da comunidade por postos em supermercados. O Deputado ainda comentou o problema dos poços artesianos, não fiscalizados pela Adasa. A Deputada Sandra Faraj perguntou sobre a responsabilidade do Ibram no licenciamento ao longo da orla do lago Paranoá. A Sra. Jane Maria Vilas Bôas afirmou serem de responsabilidade do Ibram as áreas de proteção ambiental, e as atividades causadoras de impacto ambiental devem ter licença ambiental. Sobre eventos, esclareceu que o licenciamento é complexo: deve ter licença da Agefis, e, eventualmente, do Ibram e da Administração Regional. A Deputada Sandra Faraj perguntou se há regra no Ibram ou nos órgãos do GDF para patrocínio por empresa, se houve solicitação de parecer jurídico sobre o patrocínio, quais os critérios para a escolha das empresas patrocinadoras e se elas têm pedidos de licença no órgão. A presidente do Ibram afirmou que não existe vedação legal a patrocínio no GDF, que fez consultas internas no Ibram e telefonou para o Controlador-Geral do DF, mas não fez consulta formal. O pedido de patrocínio foi feito com base no conhecimento dos procedimentos no governo federal e no fato de não haver proibição no Distrito Federal. Houve consulta às empresas, com ofício à Geológica, à Ciplan e à JC Gontijo, escolhidas em razão de colaborações anteriores com o meio ambiente. A dirigente destacou que 75% da economia do DF tem pedidos de licença no Ibram e as empresas patrocinadoras estão entre as licenciadas. Comentou que nunca conversou com a direção da JC Gontijo e nem conhece a direção, teve contato com a Geológica na transição, antes de ser nomeada para o Ibram, e nunca conversou com a Ciplan. O Ibram possui departamentos para lidar com os empreendedores. A Deputada Sandra Faraj perguntou o nome dos servidores que conversaram com as empresas. A dirigente do Ibram não soube informar quem fez o telefonema. A pedido da Parlamentar, o Deputado Cristiano Araújo solicitou a elaboração de requerimento de informação sobre os nomes dos servidores que

fizeram pedido de patrocínio às empresas. A Deputada Sandra Faraj questionou qual o maior problema enfrentado pelo órgão na morosidade ao analisar os processos, e qual a influência da falta de informatização. A Sra. Jane Maria Vilas Bôas esclareceu que o licenciamento é um processo extremamente complexo, no qual é necessário ouvir diversos órgãos do GDF e conselhos, como Adasa, Caesb, CEB, Conam e Coplan. Informou que o GDF está disponibilizando sistema eletrônico de informação e que há convênio com a Unesco para fazer o mapeamento de macroprocessos. A Deputada Sandra Faraj perguntou se a sensibilidade das doações seria um critério ético, considerando que a JC Gontijo acumula vários problemas ambientais e o problema mais conhecido são as partículas de cimento na comunidade Queima Lençol, na Fercal. A presidente do Ibram afirmou ser um critério ético, pois o Ibram nunca deixou de cumprir as exigências de licenciamento e fiscalização, e nem privilegia empresas. E acrescentou que a JC Gontijo se dispôs a doar, quando ainda não havia o sistema de cálculo de compensação ambiental, 60 hectares que vão preservar o Salto do Tororó, para compensar o Santa Mônica. O Deputado Chico Vigilante perguntou sobre a ONG Semeia, se a presidente do Ibram conhece os dirigentes e se a entidade patrocinou o seminário no Ministério Público. A dirigente do Ibram disse que conhece a ONG por meio da Ana Luísa, que participou do seminário em parceria com o Ministério Público sobre gestão compartilhada de unidade de conservação. Havia problema de orçamento para realizar o seminário e a Votorantim forneceu material gráfico, a Paranoazinho cedeu os "coffee breaks". O Deputado Chico Vigilante questionou se a ONG iria receber a concessão da orla do lago e de alguns parques para administrar. A presidente do Ibram informou que se tem discutido a reocupação pública da orla do lago num grupo coordenado pela Casa Civil, e que a Semeia faz assessoria gratuita aos governos em razão do compromisso com a conservação ambiental. O Deputado Cristiano Araújo considera que fere o princípio da razoabilidade pedir favor a empresa que está sob fiscalização do órgão. Criticou o fato de levar apenas servidores comissionados, a tomada de decisão informal e a escolha dos patrocinadores por critérios pessoais e subjetivos. O Parlamentar perguntou se a Terracap não teria 15 mil reais para patrocinar um evento de imersão. A Sra. Jane Maria Vilas Bôas disse que achava a solução possível, sem vedação, e não buscou outras soluções, e desconhece o orçamento da Terracap. O Deputado Cristiano Araújo informou que a Terracap, o BRB e a Caesb têm orçamento disponível para patrocínios. Acrescentou que, no governo federal, é considerado infração ao código de ética o recebimento de patrocínio por empresa com interesse na decisão da autoridade. Comentou que a Fercal tem a menor renda mensal per capita do DF entre 16 regiões pesquisadas pela Codeplan, com média salarial de 625 reais e 51,4 % da população apenas com o ensino fundamental incompleto. No Parque Areal a Ciplan investiu 1,2 milhão, e outros parques receberam investimentos da Ciplan. O Deputado sugeriu que os recursos da compensação fossem destinados à comunidade da Fercal. E acrescentou que não tem dúvida sobre a capacidade técnica da presidente do Ibram, mas não se convenceu de que a atitude tenha sido correta. A Sra. Jane Maria Vilas Bôas disse que fez uma consulta informal, mas todo o resto foi documentado, como o ofício e o convite. Sobre a compensação ambiental informou que há regulação federal e distrital e só pode ser feita nas unidades de conservação, com proibição para vários tipos de uso. Acrescentou que os 5 mil reais da JC Gontijo e os 10 mil reais da Geológica não resultarão num olhar diferenciado e que o Sicop é passível de acompanhamento para detectar movimentação irregular. Ontem foram assinadas várias autuações, inclusive para a Ciplan e a JC Gontijo. O Deputado Rafael Prudente disse que a presidente do Ibram não respondeu à pergunta sobre o Centro Administrativo do Distrito Federal e solicitou à CDESCTMAT a elaboração de requerimento sobre a licença ambiental da orla do lago. O Deputado Cristiano Araújo solicitou à secretaria da Comissão providência quanto ao requerimento. A Sra. Jane Maria Vilas Bôas esclareceu que o Centrad não tem o licenciamento completo, pois ainda tem projetos sendo elaborados pela Segeth. Há uma comissão de transferência do governo que analisa se o cada órgão pode ser acomodado no Centrad. O Ibram possui muitas atividades finalísticas que implicam em grande público e necessidade de espaços, que possivelmente levaria à rejeição do órgão pelo Centrad. Sobre a orla do lago, informou que existe licença de 2015, fornecida pela Superintendência de Áreas Protegidas. O

Deputado Chico Vigilante perguntou qual seria o procedimento com os postos de combustível, a maioria em situação de ilegalidade. A presidente do Ibram disse que há fiscalização junto com a ANP e a Agefis e há interdição ou multa quando se detecta ilegalidade. O Deputado Chico Vigilante questionou sobre a continuidade de funcionamento de um suposto posto de gasolina sem licença ambiental instalado num terreno não destinado para a atividade e que se conseguiu, por meio de uma "malandragem" na Câmara Legislativa, alterar a destinação do terreno. A Sra. Jane Maria Vilas Bôas disse que a possibilidade se dá em razão de o posto estar em processo de licenciamento. Como o órgão não se manifestou ainda, pode-se pedir renovação tácita. O Deputado Cristiano Araújo afirmou que há pedidos de licença de postos de combustível de 1997 ainda não analisados, e perguntou o motivo do andamento rápido do pedido de licenciamento da obra da Orla do Lago. Acrescentou que a Deputada Celina Leão fez requerimento ao Ibram com solicitação do plano de manejo e no documento enviado pelo Ibram não consta a licença das obras. A presidente do Ibram disse que no órgão há nove gerências no licenciamento, com diferentes competências, e o setor de postos não interfere no setor de licenciamento das áreas de proteção ambiental. A desobstrução da orla é tratada em ação civil pública contra o GDF, com sentença judicial a ser cumprida. O posto com licenciamento desde 1997 não conseguiu cumprir todas as exigências. O Deputado Rafael Prudente reforçou o pedido de requerimento, com a cópia integral do processo de licenciamento da orla do lago, em ordem cronológica dos processos que tramitam na gerência responsável. O Deputado Cristiano Araújo declarou encerrada a reunião às 12h33. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Cristiano Araújo, e encaminhada para publicação.

Deputado Cristiano Araújo
Presidente da CDESCTMAT

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 28/04/2016.

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, às onze horas e quinze minutos, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT para a segunda reunião ordinária, da segunda sessão legislativa, da sétima legislatura, presentes os Deputados Cristiano Araújo, Rodrigo Delmasso e Liliane Roriz, ausentes os Deputados Sandra Faraj e Chico Vigilante. O Presidente da Comissão, Deputado Cristiano Araújo, declarou aberta a reunião, justificou a ausência da Deputada Sandra Faraj, em razão de compromissos inadiáveis marcados anteriormente, e pôs em pauta os itens de nº 1 a 3. O Deputado Rodrigo Delmasso sugeriu a votação em bloco dos requerimentos. A Deputada Liliane Roriz solicitou inclusão na pauta do Requerimento nº 2. O Deputado Cristiano Araújo incluiu na extrapauta o Requerimento nº 2 e passou a presidência para o Deputado Rodrigo Delmasso, que pôs em discussão e votação o parecer ao Projeto de Lei nº 1.778, de 2014, de autoria do Deputado Joe Valle, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da limpeza das rodas de veículos pesados que prestam serviços em canteiros de obras no Distrito Federal". O parecer obteve 3 votos favoráveis, com 2 ausências justificadas. Discussão e votação do item nº 2 da pauta, parecer ao Projeto de Lei nº 2.050, de 2014, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da presença do guia de turismo nos transportes que estejam realizando atividades turísticas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências". O parecer obteve 3 votos favoráveis, com 2 ausências. Discussão e votação do item nº 3 da

pauta, parecer ao Projeto de Lei nº 382, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que "dispõe sobre a priorização do uso de agregados reciclados, oriundos de resíduos sólidos da construção civil em obras e serviços de pavimentação de rodovias, estradas vicinais e demais vias públicas no âmbito do Distrito Federal". O Deputado Cristiano Araújo informou, ao término da leitura do parecer, que pediria vista por não ter compreendido bem a matéria. O Deputado Rodrigo Delmasso informou que o projeto de lei reforça o disposto no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que obriga a reciclagem dos resíduos pelas grandes construtoras nos próprios canteiros. E ainda obriga os municípios a terem aterros sanitários específicos para resíduo da construção civil. Foi concedido vista do Projeto de Lei nº 382, de 2015, à Deputada Liliane Roriz. O Deputado Cristiano Araújo reassumiu a presidência e informou que o item nº 4, Projeto de lei nº 1.958, de 2014, de autoria do Deputado Robério Negreiros, foi retirado de pauta a pedido do autor. Discussão e votação do item nº 5, parecer ao Projeto de Lei nº 621, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "cria o programa Recarga Solar, consiste na implantação de estações de recarga de bateria de aparelhos eletrônicos portáteis por meio de energia solar". Na ausência do Relator, Deputado Chico Vigilante, o Deputado Rodrigo Delmasso fez a leitura do parecer. O parecer foi aprovado com 3 votos favoráveis e houve 2 ausências. Discussão e votação do item nº 6, parecer ao Projeto de Lei nº 760, de 2012, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que "dispõe sobre a comercialização de carvão vegetal no âmbito do Distrito Federal". O parecer foi aprovado com 3 votos favoráveis e houve 2 ausências. Discussão e votação do item nº 7, parecer ao Projeto de Lei nº 162, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão, que "inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal a Brasília Expo Franquias". O parecer foi aprovado com 3 votos favoráveis e houve 2 ausências. Discussão e votação do item nº 8, parecer ao Projeto de Lei nº 247, de 2015, de autoria do Deputado Israel Batista, que "institui, no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal, o Dia do Lago Paranoá". O parecer foi aprovado com 3 votos favoráveis, 2 ausências. Discussão e votação, em bloco, dos itens de nº 9 a 17, Requerimento nº 1.219, de 2015, de

autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que "requer à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT – a realização de audiência pública para debater sobre a proposta para um Marco Energético Regulatório para a construção civil no Distrito Federal"; Requerimento nº 1.241, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que "requer à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo a aprovação de realização de ação de fiscalização para acompanhar implantação do Parque Burle Marx"; Requerimento nº 1.538, de 2016, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que "requer à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT – a realização de audiência pública no dia 25 de agosto, às 19 horas, no auditório da Administração do Guará, para debater sobre a Poligonal do Parque Ecológico Ezequias Heringer"; Requerimento nº 1.539, de 2016, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que "requer à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT – a realização de audiência pública no dia 9 de junho, às 19 horas, no auditório da Administração do Guará, para debater sobre o andamento dos trâmites processuais para a emissão de licença ambiental para o Setor Habitacional Bernardo Sayão"; Requerimento nº 1.540, de 2016, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que "requer à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT – a realização de audiência pública no dia 25 de maio, às 19 horas, no Condomínio Estância Jardim Botânico, para debater as questões relacionadas à regularização do Condomínio Jardim Botânico"; Requerimento nº 1.541, de 2016, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que "requer à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT – a realização de audiência pública em 11 de maio, às 19 horas, no Setor de Chácara Lúcio Costa, Conjunto 9, Chácara 9, Lúcio Costa – DF, para debater as questões relacionadas à infraestrutura e à regularização do mencionado Setor de Chácara"; Requerimento nº 1.542, de 2016, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que "requer à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e

Turismo – CDESCTMAT – a realização de audiência pública no dia 13 de abril, às 19 horas, no Bairro Santa Luzia, na Região Administrativa da Estrutural, para debater os problemas relacionados à habitação do Bairro Santa Luzia"; Requerimento nº 1.543, de 2016, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que "requer à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT – a realização de audiência pública no dia 27 de abril, às 19 horas, no plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para debater a regularização dos templos religiosos do Distrito Federal"; Requerimento nº 1.544, de 2016, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que "requer à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio ambiente e Turismo – CDESCTMAT – a realização de audiência pública no dia 22 de junho, às 19 horas, no Condomínio Porto Rico, na Região Administrativa de Santa Maria, para debater os problemas relacionados à habitação do Porto Rico". Os Requerimentos foram aprovados com 3 votos favoráveis, 2 ausências. Em seguida, pôs-se em discussão e votação o item extrapauta, Requerimento nº 2, de 2016, de autoria da Deputada Liliâne Roriz, que "requer a realização de audiência pública para debater a instalação do Parque Tecnológico Capital Digital". O Requerimento foi aprovado com 3 votos favoráveis e 2 ausências. A Deputada Liliâne Roriz assumiu a presidência e pôs em discussão e votação item extrapauta, o parecer ao Projeto de Lei nº 835, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "dispõe sobre a política agrícola para florestas plantadas, estabelecendo princípios e objetivos da política agrícola para a floresta e atividade de produção, processamento e comercialização dos produtos e subprodutos derivados de insumos de florestas plantadas". O parecer foi aprovado com 3 votos favoráveis e 2 ausências. O Deputado Cristiano Araújo reassumiu a presidência e perguntou se havia mais algum tema a debater. O Deputado Rodrigo Delmasso informou que, na próxima semana, o Secretário de Estado de Meio Ambiente estaria na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle para apresentar o relatório de gestão de 2015, seguindo as audiências públicas marcadas pela Comissão, com apresentação por parte de todos os Secretários. Sugeriu que na próxima semana a audiência seja realizada em conjunto entre a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e a Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle. O Deputado Cristiano Araújo disse que o Secretário tentou marcar na CDESCTMAT para apresentar os principais projetos da Secretaria de Meio Ambiente e do Ibram para 2016, mas não houve reunião. Pediu ao Deputado Rodrigo Delmasso que solicitasse ao Secretário de Meio Ambiente a apresentação dos projetos para 2016 e convocou os membros da Comissão para a reunião de 5 de maio, às 10 horas, com a apresentação dos projetos de 2016 e a prestação de contas de 2015. Por fim, o Deputado Cristiano Araújo declarou encerrada a reunião às 11h57. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Cristiano Araújo, e encaminhada para publicação.

Deputado Cristiano Araújo
Presidente da CDESCTMAT

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 25/08/2016.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, às onze horas, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT para a terceira reunião ordinária, da segunda sessão legislativa, da sétima legislatura, presentes os Deputados

Cristiano Araújo, Rodrigo Delmasso e Sandra Faraj, ausentes os Deputados Liliane Roriz e Chico Vigilante. Esteve também presente o Deputado Lira, que não é membro da Comissão. O Presidente da Comissão, Deputado Cristiano Araújo, declarou aberta a reunião e passou a palavra ao Deputado Lira, que solicitou a desconsideração da tramitação conjunta de projeto de sua autoria, o PL 239/2015, que tramita com o PL nº 315, de autoria da Deputada Luzia de Paula, e com o PL nº 189/15, de autoria do Deputado Cristiano Araújo. Os projetos de lei não deveriam tramitar em conjunto, pois um deles já foi apreciado em uma das Comissões. O Deputado Cristiano Araújo solicitou à secretaria da CDESCTMAT a elaboração de requerimento para desmembramento dos projetos de lei e passou à apreciação dos itens da pauta da reunião. Item nº 1, discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.984, de 2014, de autoria do Deputado Joe Valle, que "institui e inclui no Calendário de Eventos do Distrito Federal a Festa da Mandioca de Sobradinho I, a ser comemorada anualmente no mês de agosto". Na ausência do relator, Deputado Chico Vigilante, a Deputada Sandra Faraj leu o parecer. O parecer obteve 3 votos favoráveis, 2 ausências. Item nº 2, discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 899, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que "dispõe sobre a utilização do chuveiro com a tecnologia 'flex' em todas as casas populares integrantes do programa habitacional do Distrito Federal". O parecer obteve 3 votos favoráveis, 2 ausências. Item nº 3, discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.062, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão, que "fica o Poder Executivo do Distrito Federal autorizado a implementar o Polo de Turismo da Região Administrativa de Brazlândia – RA IV, e dá outras providências". O parecer obteve 3 votos favoráveis, 2 ausências. Passou-se à apreciação dos itens extrapauta, Indicações nº 6202/2015, 6204/2015, 6205/2015, 6832/2016, 7106/2016, 7111/2016, 7112/2016, 6065/2015, 6067/2015, 6069/2015, 6070/2015, 6071/2015, 6074/2015, 6613/2016, 6615/2016, 7084/2016, 7085/2016, 7086/2016, 7087/2016, 7088/2016, 7089/2016, 7090/2016, 7091/2016, 7537/2016, 7538/2016, 7539/2016, 7540/2016, 7541/2016, 7672/2016, 7764/2016, 6570/2016, 6571/2016, 6572/2016, 6573/2016, 6574/2016, 6575/2016, 6576/2016, 6577/2016, 6578/2016, 6580/2016, 6585/2016, 6586/2016, 6588/2016, 6592/2016, 6593/2016, 6594/2016, 6595/2016, 6596/2016, 6597/2016, 6598/2016, 6599/2016, 6600/2016, 6601/2016, 6602/2016, 6603/2016, 6604/2016, 6769/2016, 6770/2016, 6771/2016, 6772/2016, 6773/2016, 6774/2016, 6775/2016, 6776/2016, 6777/2016, 6778/2016, 6779/2016, 6780/2016, 6794/2016, 6795/2016, 6796/2016, 6797/2016, 6798/2016, 6799/2016, 6800/2016, 6801/2016, 6802/2016, 6803/2016, 6804/2016, 6805/2016, 6806/2016, 6807/2016, 6808/2016, 6852/2016, 6853/2016, 6854/2016, 6855/2016, 6856/2016, 6857/2016, 6858/2016, 6859/2016, 6860/2016, 6861/2016, 6862/2016, 6863/2016, 6864/2016, 6865/2016, 6866/2016, 6867/2016, 6868/2016, 6869/2016, 6870/2016, 6871/2016, 6872/2016, 6873/2016, 6874/2016, 6875/2016, 6876/2016, 6877/2016, 6878/2016, 6879/2016, 6880/2016, 6881/2016, 6907/2016, 6908/2016, 6909/2016, 6910/2016, 6911/2016, 6912/2016, 6913/2016, 6914/2016, 6915/2016, 6916/2016, 6917/2016, 6918/2016, 6919/2016, 6920/2016, 6921/2016, 6922/2016, 6923/2016, 6924/2016, 6925/2016, 6926/2016, 6927/2016, 6928/2016, 6929/2016, 6930/2016, 6931/2016,

6932/2016, 6933/2016, 6934/2016, 6999/2016, 7000/2016, 7001/2016, 7002/2016, 7003/2016, 7004/2016, 7005/2016, 7006/2016, 7007/2016, 7008/2016, 7009/2016, 7010/2016, 7011/2016, 7012/2016, 7014/2016, 7063/2016, 7064/2016, 7065/2016, 7066/2016, 7068/2016, 7070/2016, 7071/2016, 7072/2016, 7073/2016, 7126/2016, 7127/2016, 7128/2016, 7129/2016, 7130/2016, 7131/2016, 7132/2016, 7133/2016, 7134/2016, 7135/2016, 7136/2016, 7137/2016, 7138/2016, 7139/2016, 7140/2016, 7141/2016, 7142/2016, 7143/2016, 7144/2016, 7145/2016, 7146/2016, 7147/2016, 7148/2016, 7149/2016, 7150/2016, 7151/2016, 7152/2016, 7153/2016, 7154/2016, 7176/2016, 7177/2016, 7178/2016, 7179/2016, 7180/2016, 7181/2016, 7182/2016, 7183/2016, 7184/2016, 7185/2016, 7186/2016, 7187/2016, 7188/2016, 7189/2016, 7190/2016, 7191/2016, 7192/2016, 7193/2016, 7194/2016, 7195/2016, 7196/2016, 7197/2016, 7198/2016, 7199/2016, 7200/2016, 7201/2016, 7202/2016, 7203/2016, 7204/2016, 7207/2016, 7208/2016, 7209/2016, 7210/2016, 7212/2016, 7213/2016,

7214/2016,	7215/2016,	7216/2016,	7217/2016,	7278/2016,	7280/2016,	7339/2016,
7340/2016,	7341/2016,	7342/2016,	7343/2016,	7344/2016,	7345/2016,	7346/2016,
7348/2016,	7349/2016,	7350/2016,	7351/2016,	7352/2016,	7353/2016,	7354/2016,
7355/2016,	7356/2016,	7357/2016,	7358/2016,	7359/2016,	7407/2016,	7488/2016,
7490/2016,	7491/2016,	7492/2016,	7493/2016,	7494/2016,	7495/2016,	7496/2016,
7497/2016,	7498/2016,	7668/2016,	7687/2016,	7703/2016,	7705/2016,	7706/2016,
7707/2016,	7708/2016,	4700/2015,	6084/2015,	6085/2015,	6086/2015,	6087/2015,
6088/2015,	6089/2015,	6092/2015,	6095/2015,	6096/2015,	6098/2015,	6099/2015,
6100/2015,	6101/2015,	6102/2015,	6103/2015,	6104/2015,	6105/2015,	6261/2015,
6265/2015,	6254/2015,	6244/2015,	6248/2015,	6249/2015,	6250/2015,	6251/2015,
6252/2015,	6257/2015,	6259/2015,	6262/2015,	6279/2015,	6282/2015,	6253/2015,
6255/2015,	6256/2015,	6263/2015,	6266/2015,	6267/2015,	6268/2015,	6269/2015,
6270/2015,	6272/2015,	6273/2015,	6274/2015,	6275/2015,	6276/2015,	6442/2015,
6443/2015,	6444/2015,	6445/2015,	6446/2015,	6447/2015,	6448/2015,	6449/2015,
6450/2015,	6671/2016,	6655/2016,	6670/2016,	6686/2016,	6687/2016,	6688/2016,
6689/2016,	6690/2016,	6691/2016,	6692/2016,	6693/2016,	6694/2016,	6695/2016,
6696/2016,	6697/2016,	6698/2016,	6699/2016,	6700/2016,	6701/2016,	6702/2016,
6703/2016,	6704/2016,	6705/2016,	6707/2016,	6708/2016,	6709/2016,	6711/2016,
6712/2016,	6713/2016,	6714/2016,	6715/2016,	6716/2016,	6718/2016,	6719/2016,
6720/2016,	6721/2016,	6722/2016,	6723/2016,	6724/2016,	6725/2016,	6726/2016,
6728/2016,	6729/2016,	6731/2016,	6732/2016,	6733/2016,	6734/2016,	6737/2016,
6738/2016,	6739/2016,	6740/2016,	6741/2016,	6742/2016,	6946/2016,	6947/2016,
6948/2016,	6949/2016,	6950/2016,	6954/2016,	6955/2016,	6956/2016,	6957/2016,
7041/2016,	7046/2016,	7047/2016,	7048/2016,	7220/2016,	7221/2016,	7222/2016,
7224/2016,	7227/2016,	7469/2016,	7470/2016,	6140/2015,	6141/2015,	6142/2015,
6143/2015,	6207/2015,	6287/2015,	6288/2015,	6434/2015,	6452/2015,	6453/2015,
6454/2015,	6455/2015,	6456/2015,	6457/2015,	6458/2015,	6459/2015,	6460/2015,
6461/2015,	6462/2015,	6513/2015,	6514/2015,	6515/2015,	6516/2015,	6517/2015,
6519/2015,	6520/2015,	6521/2015,	6607/2016,	6608/2016,	6609/2016,	6827/2016,
6828/2016,	6900/2016,	6901/2016,	6902/2016,	6903/2016,	6996/2016,	7074/2016,
7075/2016,	7076/2016,	7077/2016,	7078/2016,	7079/2016,	7080/2016,	7081/2016,
7082/2016,	7231/2016,	7232/2016,	7264/2016,	7266/2016,	7268/2016,	7269/2016,
7270/2016,	7330/2016,	7335/2016,	7336/2016,	7443/2016,	7444/2016,	7445/2016,
7446/2016,	7660/2016,	7661/2016,	7662/2016,	7666/2016,	7667/2016,	7683/2016,
7768/2016,	7830/2016,	7832/2016,	7850/2016,	7851/2016,	5922/2015,	5923/2015,
5924/2015,	5925/2015,	5927/2015,	5929/2015,	5930/2015,	5931/2015,	5932/2015,
5933/2015,	5934/2015,	5935/2015,	5936/2015,	5937/2015,	5938/2015,	5939/2015,
5941/2015,	5942/2015,	5944/2015,	5945/2015,	5953/2015,	5954/2015,	5955/2015,
5956/2015,	5957/2015,	7319/2016,	7320/2016,	7415/2016,	7416/2016,	7418/2016,
7420/2016,	7447/2016,	7449/2016,	7450/2016,	7451/2016,	7452/2016,	7453/2016;
7454/2016,	7455/2016,	7457/2016,	7459/2016,	7460/2016,	7415/2016,	7416/2016,
7462/2016,	7463/2016,	7548/2016,	7549/2016,	7550/2016,	7552/2016,	7553/2016,
7554/2016,	7555/2016,	7556/2016,	7557/2016,	7558/2016,	7559/2016,	7560/2016,
7561/2016,	7562/2016,	7563/2016,	7564/2016,	7595/2016,	7596/2016,	7597/2016,
7598/2016,	7601/2016,	7602/2016,	7604/2016,	7605/2016,	7606/2016,	7607/2016,
7669/2016,	7670/2016,	7671/2016,	7676/2016,	7677/2016,	7679/2016,	7680/2016,
7681/2016,	7682/2016,	7729/2016;	7730/2016,	7731/2016,	7733/2016,	7734/2016,
7751/2016,	7752/2016,	7753/2016,	7754/2016,	7755/2016,	7756/2016,	7757/2016,
7758/2016,	7759/2016,	7760/2016,	7761/2016,	7762/2016,	7777/2016,	7732/2016,
7874/2016,	7875/2016,	7877/2016,	7878/2016,	7879/2016,	7880/2016,	5978/2015,
5984/2015,	5985/2015,	5986/2015,	6146/2015,	6147/2015,	6215/2015,	6214/2015,
6170/2015,	6285/2015,	6286/2015,	6439/2015,	6440/2015,	6466/2015,	6468/2015,
6469/2015,	6470/2015,	6471/2015,	6473/2015,	6475/2015,	6476/2015,	6616/2016,
6617/2016,	6619/2016,	6620/2016,	6621/2016,	6622/2016,	6623/2016,	6624/2016.

6625/2016,	6626/2016,	6627/2016,	6628/2016,	6629/2016,	6630/2016,	6631/2016,
6633/2016,	6643/2016,	6644/2016,	6657/2016,	6658/2016,	6681/2016,	6682/2016,
6683/2016,	6812/2016,	6817/2016,	6818/2016,	6887/2016,	6935/2016,	6997/2016,
6998/2016,	7052/2016,	7113/2016,	7114/2016,	7175/2016,	7235/2016,	7295/2016,
7591/2016,	7608/2016,	7609/2016,	7702/2016,	7763/2016,	7837/2016,	7838/2016,
6076/2015,	6077/2015,	6078/2015,	6079/2015,	6549/2016,	6659/2016,	6660/2016,
6662/2016,	6663/2016,	6758/2016,	6759/2016,	6760/2016,	6761/2016,	6762/2016,
6763/2016,	6764/2016,	6943/2016,	6944/2016,	7162/2016,	7163/2016,	7164/2016,
7165/2016,	7166/2016,	7167/2016,	7168/2016,	7169/2016,	7170/2016,	7171/2016,
7172/2016,	7173/2016,	7174/2016,	7404/2016,	7405/2016,	7684/2016,	7685/2016,
7686/2016,	6435/2015,	6436/2015,	6166/2015,	6167/2015,	6168/2015,	6781/2016,
6782/2016,	6783/2016,	6784/2016,	6786/2015,	6787/2015,	6788/2015,	6789/2015,
6790/2016,	6791/2016,	6792/2016,	6793/2016,	6888/2016,	6889/2016,	6890/2016,
6891/2016,	6892/2016,	6893/2016,	6894/2016,	6895/2016,	6896/2016,	6897/2016,
6898/2016,	6899/2016,	7020/2016,	5921/2015,	5970/2015,	5981/2015,	6138/2015,
6139/2015,	6148/2015,	6149/2015,	6151/2015,	6155/2015,	6522/2015,	6537/2016,
6538/2016,	6539/2016,	6540/2016,	6541/2016,	6542/2016,	6545/2016,	6610/2016,
6611/2016,	6665/2016,	6743/2016,	6744/2016,	6745/2016,	6746/2016,	6747/2016,
6748/2016,	6749/2016,	6750/2016,	6751/2016,	6752/2016,	6753/2016,	6754/2016,
6755/2016,	6756/2016,	6815/2016,	6886/2016,	7116/2016,	7117/2016,	7118/2016,
7119/2016,	7120/2016,	7121/2016,	7252/2016,	7574/2016,	7575/2016,	7576/2016,
7577/2016,	7578/2016,	7579/2016,	7580/2016,	7580/2016,	7773/2016,	5892/2015,
5893/2015,	5894/2015,	5895/2015,	5896/2015,	5897/2015,	5899/2015,	5900/2015,
5901/2015,	5902/2015,	5904/2015,	5905/2015,	5906/2015,	5907/2015,	5908/2015,
5910/2015,	5911/2015,	5962/2015,	5963/2015,	5964/2015,	5965/2015,	5967/2016,
6480/2015,	6484/2015,	6486/2015,	6489/2015,	6491/2015,	6493/2015,	6494/2015,
6495/2015,	6496/2015,	6497/2015,	6498/2015,	6499/2015,	6500/2015,	6501/2015,
6502/2015,	6504/2015,	6507/2015,	6509/2016,	6510/2015,	6511/2015,	6512/2015,
6813/2016,	6883/2016,	6884/2016,	6885/2016,	6940/2016,	6941/2016,	6942/2016,
7037/2016,	7038/2016,	7039/2016,	7040/2016,	7053/2016,	7054/2016,	7056/2016,
7057/2016,	7058/2016,	7059/2016,	7060/2016,	7061/2016,	7062/2016,	7157/2016,
7158/2016,	7159/2016,	7160/2016,	7161/2016,	7243/2016,	7246/2016,	7247/2016,
7257/2016,	7258/2016,	7286/2016,	7287/2016,	7288/2016,	7290/2016,	7298/2016,
7299/2016,	7300/2016,	7301/2016,	7302/2016,	7303/2016,	7309/2016,	7310/2016,
7311/2016,	7312/2016,	7313/2016,	7368/2016,	7369/2016,	7370/2016,	7371/2016,
7372/2016,	7373/2016,	7381/2016,	7382/2016,	7383/2016,	7384/2016,	7385/2016,
7386/2016,	7408/2016,	7409/2016,	7410/2016,	7411/2016,	7413/2016,	7475/2016,
7476/2016,	7477/2016,	7478/2016,	7480/2016,	7481/2016,	7482/2016,	7483/2016,
7484/2016,	7565/2016,	7566/2016,	7567/2016,	7568/2016,	7569/2016,	7570/2016,
7583/2016,	7584/2016,	7585/2016,	7586/2016,	7587/2016,	7652/2016,	7653/2016,
7654/2016,	7655/2016,	7656/2016,	7657/2016,	7697/2016,	7698/2016,	7699/2016,
7709/2016,	7710/2016,	7711/2016,	7712/2016,	7713/2016,	7714/2016,	7715/2016,
7716/2016,	7717/2016,	7779/2016,	7780/2016,	7781/2016,	7782/2016,	7783/2016,
7784/2016,	7839/2016,	7840/2016,	7841/2016,	7842/2016,	7843/2016,	7868/2016,
7869/2016,	7870/2016,	7871/2016,	7872/2016,	7873/2016,	5841/2015,	5842/2015,
828/2015,	1202/2015,	1203/2015,	1216/2015,	1497/2015,	3924/2015,	3925/2015,
4439/2015,	5863/2015,	5875/2015,	5876/2015,	5878/2015,	5879/2015,	5880/2015,
5881/2015,	5882/2015,	5883/2015,	5885/2015,	5886/2015,	5887/2015,	5888/2015,
5889/2015,	5890/2015,	5891/2015,	6159/2015,	6161/2015,	6162/2015,	6163/2015,
6163/2015,	6164/2015,	6165/2015,	6647/2016,	6648/2016,	6649/2016,	6650/2016,
6651/2016,	6652/2016,	6653/2016,	6654/2016,	7051/2016,	7155/2016,	7156/2016,
7423/2016,	7424/2016,	7426/2016,	7427/2016,	7429/2016,	7430/2016,	7431/2016,
7432/2016,	7433/2016,	7434/2016,	7500/2016,	7501/2016,	7502/2016,	7503/2016,
7504/2016,	7505/2016,	7506/2016,	7507/2016,	7508/2016,	7511/2016,	7512/2016,

7513/2016,	7514/2016,	7516/2016,	7517/2016,	7518/2016,	7519/2016,	7520/2016,
7521/2016,	7523/2016,	7525/2016,	7526/2016,	7528/2016,	7529/2016,	7530/2016,
7531/2016,	7532/2016,	7534/2016,	5998/2015,	5999/2015,	6009/2015,	6010/2015,
6013/2015,	6014/2015,	6015/2015,	6017/2015,	6018/2015,	6020/2015,	6021/2015,
6022/2015,	6023/2015,	6024/2015,	6026/2015,	6027/2015,	6029/2015,	6030/2015,
6031/2015,	6032/2015,	6033/2015,	6034/2015,	6039/2015,	6040/2015,	6041/2015,
6049/2015,	6050/2015,	6051/2015,	6052/2015,	6053/2015,	6211/2015,	6283/2015,
6284/2015,	6437/2015,	6526/2016,	6634/2016,	6673/2016,	6674/2016,	6675/2016,
6820/2016,	6821/2016,	6822/2016,	6823/2016,	6825/2016,	6826/2016,	6938/2016,
6939/2016,	7239/2016,	7240/2016,	7241/2016,	7249/2016,	7250/2016,	7251/2016,
7254/2016,	7292/2016,	7314/2016,	7315/2016,	7316/2016,	7317/2016,	7321/2016,
7322/2016,	7323/2016,	7324/2016,	7325/2016,	7326/2016,	7327/2016,	7329/2016,
7361/2016,	7362/2016,	7363/2016,	7364/2016,	7365/2016,	7366/2016,	7375/2016,
7376/2016,	7377/2016,	7378/2016,	7379/2016,	7380/2016,	7388/2016,	7389/2016,
7390/2016,	7391/2016,	7392/2016,	7393/2016,	7395/2016,	7396/2016,	7542/2016,
7543/2016,	7544/2016,	7545/2016,	7546/2016,	7547/2016,	7594/2016,	7612/2016,
7613/2016,	7614/2016,	7615/2016,	7616/2016,	7617/2016,	7618/2016,	7619/2016,
7622/2016,	7624/2016,	7718/2016,	7719/2016,	7721/2016,	7722/2016,	7723/2016,
7724/2016,	7725/2016,	7726/2016,	7727/2016,	7728/2016,	7749/2016,	7750/2016,
7785/2016,	5920/2015,	5959/2015,	6206/2015,	6173/2015,	6174/2015,	6175/2015,
6176/2015,	6177/2015,	6178/2015,	6179/2015,	6180/2015,	6181/2015,	6182/2015,
6183/2015,	6184/2015,	6185/2015,	6186/2015,	6187/2015,	6188/2015,	6189/2015,
6190/2015,	6191/2015,	6550/2016,	6551/2016,	6552/2016,	6554/2016,	6555/2016,
6556/2016,	6557/2016,	6558/2016,	6559/2016,	6560/2016,	6561/2016,	6562/2016,
6563/2016,	6564/2016,	6565/2016,	6566/2016,	6664/2016,	6833/2016,	6834/2016,
6835/2016,	6836/2016,	6837/2016,	6838/2016,	6839/2016,	6840/2016,	6842/2016,
6843/2016,	6844/2016,	6845/2016,	6846/2016,	6848/2016,	6849/2016,	6850/2016,
6851/2016,	6905/2016,	7435/2016,	7436/2016,	7437/2016,	7438/2016,	7439/2016,
7440/2016,	7441/2016,	7833/2016,	7834/2016,	7835/2016,	7852/2016,	7853/2016,
7857/2016,	7859/2016,	7860/2016,	7861/2016,	7862/2016,	7863/2016,	7864/2016,
7865/2016,	7866/2016,	7867/2016,	7829/2015,	5832/2015,	5833/2015,	5872/2015,
6302/2015,	6303/2015,	6304/2015,	6305/2015,	6306/2015,	6307/2015,	6308/2015,
6309/2015,	6310/2015,	6311/2015,	6312/2015,	6313/2015,	6314/2015,	6315/2015,
6316/2015,	6317/2015,	6318/2015,	6319/2015,	6320/2015,	6321/2015,	6322/2015,
6323/2015,	6324/2015,	6325/2015,	6326/2015,	6327/2015,	6328/2015,	6329/2015,
6330/2015,	6331/2015,	6332/2015,	6333/2015,	6334/2015,	6335/2015,	6336/2015,
6337/2015,	6338/2015,	6339/2015,	6340/2015,	6341/2015,	6342/2015,	6343/2015,
6344/2015,	6345/2015,	6346/2015,	6347/2015,	6348/2015,	6349/2015,	6350/2015,
6351/2015,	6352/2015,	6353/2015,	6354/2015,	6355/2015,	6356/2015,	6357/2015,
6358/2015,	6359/2015,	6360/2015,	6361/2015,	6362/2015,	6363/2015,	6364/2015,
6365/2015,	6366/2015,	6367/2015,	6368/2015,	6369/2015,	6370/2015,	6371/2015,
6372/2015,	6373/2015,	6374/2015,	6375/2015,	6376/2015,	6377/2015,	6378/2015,
6379/2015,	6380/2015,	6381/2015,	6382/2015,	6383/2015,	6384/2015,	6386/2015,
6387/2015,	6388/2015,	6389/2015,	6390/2015,	6391/2015,	6393/2015,	6394/2015,
6395/2015,	6396/2015,	6397/2015,	6398/2015,	6399/2015,	6400/2015,	6401/2015,
6402/2015,	6403/2015,	6404/2015,	6405/2015,	6406/2015,	6407/2015,	6408/2015,
6409/2015,	6410/2015,	6411/2015,	6412/2015,	6413/2015,	6414/2015,	6415/2015,
6416/2015,	6417/2015,	6418/2015,	6419/2015,	6420/2015,	6421/2015,	6422/2015,
6424/2015,	6425/2015,	6426/2015,	6427/2015,	6428/2015,	6429/2015,	6430/2015,
6431/2015,	6432/2015,	6433/2015,	6546/2016,	6547/2016,	6548/2016,	6666/2016,
6667/2016,	6991/2016,	6992/2016,	6993/2016,	6994/2016,	6995/2016,	7027/2016,
7236/2016,	7237/2016,	7238/2016,	7262/2016,	7625/2016,	7626/2016,	7628/2016,
7629/2016,	7630/2016,	7631/2016,	7632/2016,	7634/2016,	7635/2016,	7636/2016,
7637/2016,	7638/2016,	7639/2016,	7640/2016,	7641/2016,	7644/2016,	7647/2016,

7650/2016, 7651/2016, 7689/2016, 7740/2016, 7743/2016, 7744/2016, 7745/2016,
 7746/2016, 7747/2016, 7748/2016, 7767/2016, 7845/2016, 7846/2016, 7847/2016,
 7848/2016, 7849/2016, 7881/2016, 7882/2016, 7883/2016, 7884/2016, 7885/2016,
 7886/2016, 7887/2016, 7888/2016, 7889/2016, 7890/2016, 7891/2016, 7892/2016,
 7893/2016, 7895/2016, 7896/2016, 5912/2015, 5913/2015, 5914/2015, 5915/2015,
 5916/2015, 5917/2015, 5918/2015, 5919/2015, 6082/2015, 7115/2016, 5973/2015,
 5974/2015, 5975/2015, 5676/2015, 7659/2016, 7828/2016, 6171/2015, 6172/2015,
 6527/2016, 6528/2016, 6530/2016, 6531/2016, 6661/2016, 6831/2016, 7024/2016,
 7025/2016, 7031/2016, 7032/2016, 7033/2016, 7034/2016, 7233/2016, 7253/2016,
 7256/2016, 7307/2016, 7308/2016, 7360/2016, 5987/2015, 5988/2015, 5989/2015,
 5991/2015, 5993/2015, 5995/2015, 6054/2015, 6192/2015, 6193/2015, 6198/2015,
 6199/2015, 7015/2016, 7016/2016, 7017/2016, 7018/2016, 7271/2016, 7272/2016,
 7274/2016, 7275/2016, 7276/2016, 7296/2016, 7297/2016, 7387/2016, 7414/2016,
 7796/2016, 7797/2016, 7798/2016, 7799/2016, 7800/2016, 7801/2016, 7803/2016,
 7804/2016, 7806/2016, 7808/2016, 7809/2016, 7810/2016, 7811/2016, 7812/2016,
 7813/2016, 7814/2016, 7815/2016, 7816/2016, 7818/2016, 7819/2016, 7820/2016,
 7821/2016, 7822/2016, 7823/2016, 7824/2016, 7825/2016, 7826/2016, 7827/2016,
 6464/2015, 6465/2015, 6635/2016, 6636/2016, 6637/2016, 6638/2016, 6639/2016,
 6640/2016, 6641/2016, 6642/2016, 6757/2016, 6906/2016, 7028/2016, 7029/2016,
 7030/2016, 7786/2016, 7787/2016, 7790/2016, 7292/2016, 7294/2016 e 6589/2016.

As indicações foram aprovadas com 3 votos favoráveis e 2 ausências. O Deputado Cristiano Araújo declarou encerrada a reunião às 11h24. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Cristiano Araújo, e encaminhada para publicação.

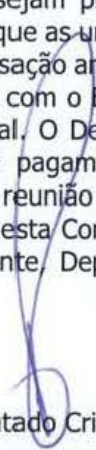
Deputado Cristiano Araújo

Presidente da CDESCMAT

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 31/08/2016.

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCMAT para a quarta reunião extraordinária, da segunda sessão legislativa, da sétima legislatura, presentes os Deputados Cristiano Araújo, Delmasso e Sandra Faraj, ausentes os Deputados Chico Vigilante e Liliane Roriz. O Presidente da Comissão, Deputado Cristiano Araújo, declarou aberta a reunião e passou à presidência ao Deputado Delmasso. Passou-se à discussão e votação do item nº 2, parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 71, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 766, de 2008, que dispõe sobre o uso e ocupação do solo no Comércio Local Sul do Setor de Habitações Coletivas Sul – SHCS, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I, e dá outras providências”. O parecer obteve 3 votos favoráveis, com 2 ausências justificadas. O Deputado Delmasso informou que estava com o voto pronto ao PLC nº 24/2015, que trata da desafetação de uma área que define a poligonal do Parque Ezequias Heringer. O parecer possui cinco anexos, com fundamentação técnica e jurídica, histórico do parque e procedimentos para desafetação de área pública. O Parlamentar manifestou o voto pela aprovação do projeto de lei, acatando duas emendas que

beneficiam unidades de conservação da Região Administrativa do Guará e sobre compensação ambiental, além de acatar a emenda apresentada pela Comissão de Assuntos Fundiários, de autoria da Deputada Telma Rufino, que destina recursos para o Fundo Único de Meio Ambiente. Sobre a compensação ambiental, o Deputado Delmasso disse ser justo que unidades de conservação do Guará sejam priorizadas na execução da compensação. Em levantamento realizado, constatou-se que as unidades de conservação do Guará foram as que menos receberam recursos de compensação ambiental e florestal. Há um débito de quase 320 milhões de reais dos empreendedores com o Estado, e se deve cobrar do Ibram a execução das dívidas de compensação ambiental. O Deputado defende que qualquer tipo de licença ambiental só seja concedida após o pagamento da compensação anterior. O Deputado Cristiano Araújo declarou encerrada a reunião às 10h43. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Cristiano Araújo, e encaminhada para publicação.

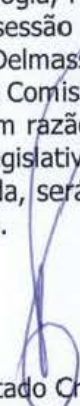


Deputado Cristiano Araújo

Presidente da CDESCTMAT

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 15/09/2016.

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis, às onze horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT para a quarta reunião ordinária, da segunda sessão legislativa, da sétima legislatura, presentes os Deputados Cristiano Araújo e Rodrigo Delmasso, ausentes os Deputados Sandra Faraj, Chico Vigilante e Liliane Roriz. O Presidente da Comissão, Deputado Cristiano Araújo, declarou aberta a reunião e a encerrou em seguida, em razão de ausência de quórum regimental. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Cristiano Araújo, e encaminhada para publicação.



Deputado Cristiano Araújo

Presidente da CDESCTMAT

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 6/9/2016.

Aos seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e quarenta e três minutos, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT para a quinta reunião extraordinária, da segunda sessão legislativa, da sétima legislatura, presentes

os Deputados Cristiano Araújo, Delmasso e Reginaldo Veras, suplente da Deputada Sandra Faraj, ausentes os Deputados Chico Vigilante e Liliane Roriz. O Presidente da Comissão, Deputado Cristiano Araújo, declarou aberta a reunião e passou a apreciar as matérias em pauta. O primeiro item apreciado foi o Projeto de Lei Complementar nº 24, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 1.826/1998 e cria o Parque Ecológico Ezequias Heringer, na Região Administrativa do Guará. O Deputado Delmasso, relator do projeto de lei, destacou argumentos técnicos e jurídicos do parecer apresentado: apontou incoerência na legislação entre o sistema distrital de meio ambiente e o sistema distrital de unidades de conservação; informou sobre a inclusão do mapa da poligonal e do mapa geomorfológico do parque ecológico; comentou sobre a proposta de desafetação de área sem lei complementar específica, que resultou em ação civil pública proposta pelo Ministério Público; e mencionou a compensação ambiental, que sustenta as emendas apresentadas. O Deputado Delmasso acrescentou que se trata de projeto polêmico, com desafetação de área e ampliação do parque ecológico, amplamente discutido pela comunidade do Guará. Parte do parque está implementada, mas outra parte, atrás do terminal rodoviário do Guará, está muito degradada. Os recursos da compensação ambiental e florestal seriam utilizados para preservar a área degradada, que é de relevante interesse ecológico. O Deputado relator defende que os recursos da compensação ambiental e florestal sejam destinados com prioridade às unidades de conservação do Guará, as quais praticamente não receberam compensação ambiental no governo anterior. Posto em discussão e votação, o parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 24/2015 obteve três votos favoráveis, com duas ausências. O Deputado Cristiano Araújo encerrou a reunião às 15h59. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Cristiano Araújo, e encaminhada para publicação.

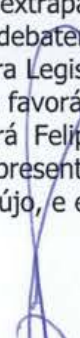
Deputado Cristiano Araújo

Presidente da CDESCTMAT

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 27/09/2016.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas e quarenta e sete minutos, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT para a sexta reunião extraordinária, da segunda sessão legislativa, da sétima legislatura, presentes os Deputados Cristiano Araújo, Sandra Faraj, Chico Vigilante e Raimundo Ribeiro, suplente da Deputada Liliane Roriz, ausente o Deputado Delmasso. Esteve presente também o Deputado Professor Reginaldo Veras, membro suplente da CDESCTMAT. O Presidente da Comissão, Deputado Cristiano Araújo, declarou aberta a reunião, informou que havia um projeto de lei em pauta, o PL nº 820/2015, e registrou a presença do Presidente da Adasa, Sr. Paulo Salles, do Sr. Paulo, da UnB, e do Sr. Silvano, diretor de operações do SLU. Informou que seria realizado, após a apreciação da proposição na pauta, debate sobre a crise hídrica no DF. O Deputado Professor Reginaldo Veras assumiu a presidência e pôs em discussão e votação o parecer ao Projeto de Lei nº 820, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a administração, a exploração, a utilização e a fiscalização das faixas de domínio do sistema rodoviário do Distrito Federal, e dá outras providências”. O relator, Deputado Cristiano Araújo, proferiu o parecer e o retificou: a proposição já foi apreciada na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, na Comissão de Assuntos

Fundiários e na Comissão de Constituição e Justiça. O parecer ao PL nº 820/2015 foi aprovado com 4 votos favoráveis, 1 ausência. O Deputado Cristiano Araújo reassumiu a presidência e informou que haveria debates sobre alguns projetos do Executivo, sobre uma faixa de domínio do DER e sobre o Projeto de Lei nº 1.109/2016, que prevê a regularização de algumas áreas e a adequação do Sol Nascente. Registrou a presença do Presidente da Caesb, Sr. Luduvise, e passou a palavra ao Deputado Professor Reginaldo Veras, que pediu a inclusão na extrapauta do Projeto de Lei nº 1.109, de 2016, em razão da importância social dos projetos de saneamento e infraestrutura e da necessidade de empréstimos do BID. O Deputado Cristiano Araújo acatou a solicitação e pôs em discussão e votação o parecer ao Projeto de Lei nº 1.109, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre medidas e diretrizes a serem adotadas nos casos de reassentamentos e reordenamentos compulsórios e involuntários de ocupantes de áreas afetadas pela execução da Política de Regularização Fundiária de Interesse Social do Distrito Federal e dá outras providências". O Deputado registrou a presença do Deputado Joe Valle e informou que, na ausência do relator da matéria, Deputado Delmasso, o Deputado Chico Vigilante iria ler o parecer. O Deputado Chico Vigilante disse que iria votar pelo acatamento do projeto de lei, mas iria discutir a emenda em plenário, pois conhece bem o Sol Nascente, Pôr do Sol e Porto Rico e não acha razoável a concessão de prazo de 12 meses, mais 12 meses, para quem mora, muitas vezes, em área de risco. O Deputado apontou para uma imprecisão: no Pôr do Sol, a área passível de regularização já possui luz e água, serviços pelos quais os moradores pagam. O Deputado Raimundo Ribeiro disse que não se sentia seguro para votar o projeto de lei e precisaria pedir vista. Segundo o Deputado, nos projetos de lei do Poder Executivo não vêm escrito a real intenção. No ano passado, a Câmara Legislativa aprovou 30 milhões para a saúde e depois se descobriu se tratar de trama arquitetada no Palácio do Buriti, sob o comando do Governador Rollemberg. O Deputado Professor Reginaldo Veras esclareceu que o projeto de lei chegou à CLDF com o prazo de seis meses para remoção. Na Comissão de Assuntos Fundiários foi apresentada emenda para diminuir o prazo para três meses. Entende-se que as pessoas em áreas extremamente carentes, passíveis de regularização, não devem esperar 12 meses para realocação, e o Estado ainda tem que pagar aluguel social. Por fim, o Deputado sugeriu uma emenda de equilíbrio, talvez manter o prazo de seis meses do projeto original. O Deputado Cristiano Araújo concedeu o pedido de vista ao Deputado Raimundo Ribeiro, independentemente da posição quanto ao governo, e passou à apreciação de item extrapauta, Requerimento nº 3, de 2016, que "requer a realização de audiência pública para debater a crise hídrica e o racionamento de água no Distrito Federal e de que forma a Câmara Legislativa do Distrito Federal poderá contribuir". O requerimento foi aprovado com 4 votos favoráveis, 1 ausência. O Deputado Cristiano Araújo declarou encerrada a reunião. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Cristiano Araújo, e encaminhada para publicação.



Deputado Cristiano Araújo

Presidente da CDESCTMAT

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 13/10/2016.

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às dez horas e vinte minutos, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico

Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT para a quinta reunião ordinária, da segunda sessão legislativa, da sétima legislatura, presentes os Deputados Cristiano Araújo e Sandra Faraj, ausentes os Deputados Delmasso, Liliane Roriz e Chico Vigilante. O Presidente da Comissão, Deputado Cristiano Araújo, declarou aberta a reunião, informou não haver quórum regimental para deliberação e convidou o professor Alexandre Brandão para falar da questão hídrica no Distrito Federal. O Deputado disse que vem acompanhando o tema pelos jornais e nunca houve crise tão grave. Agricultores têm feito revezamento na irrigação e há previsão de racionamento de água em 2017. Nesta semana se anunciou aumento de 40%. Regiões já eram penalizadas com a falta de água, como Paranoá, São Sebastião, Sobradinho e Planaltina, e agora o governo ainda concede aumento de tarifa. O Deputado ainda destacou a necessidade de campanhas de conscientização sobre o uso da água e informou que iniciou estudos de projetos de lei. Sugeriu que o tema seja debatido permanentemente, com convite para que a cada semana especialistas possam debater o tema. Passou-se a palavra ao professor Alexandre Brandão. O professor agradeceu o convite e informou que trabalha como Gerente de Estudos Ambientais na Codeplan e está na condição de substituto do professor Aldo Paviani. Na Codeplan há um programa de pesquisa sobre recursos hídricos e o tema pode ter diferentes abordagens: geográfica, ambiental, urbana. O professor expôs que, no Brasil, a maior parte da água (cerca de 54%) é utilizada na irrigação, seguida do consumo urbano. No Distrito Federal, 80% da água é utilizada no abastecimento urbano. Na apresentação projetada o professor mostrou as características de cada bacia hidrográfica. Na bacia do rio Maranhão não há conflitos entre demanda rural e urbana. Na bacia do rio São Bartolomeu há os maiores conflitos entre uso para irrigação e uso para consumo humano. Essa região abriga condomínios e pode servir de reservatório futuro para a Caesb. No rio Preto não há conflito, pois há grande utilização pela agricultura e baixa urbanização. Mas vem ocorrendo restrição no fornecimento de água para a agricultura nessa região, o que afeta a atividade econômica. Na bacia do rio Descoberto, onde está a maior parte dos reservatórios, há grande conflito entre uso agrícola e residencial. Há que se ter muito cuidado com a urbanização na região e não permitir a drenagem de esgoto para os cursos d'água. O professor Alexandre Brandão destacou que o consumo de água no Distrito Federal é muito alto, com média maior do que a média no Brasil. E há grande disparidade no consumo entre as regiões administrativas. Segundo a Organização Mundial da Saúde, o consumo diário ideal por pessoa é de cento e dez litros. No Plano Piloto, no Cruzeiro, no Lago Sul e no Jardim Botânico o consumo é de quase 400 litros de água por habitante. Em regiões como Paranoá e Itapoã o consumo é de cerca de 100 litros. Há uma boa notícia: o consumo médio per capita no Distrito Federal vem caindo após atingir o pico em 2013. Nas extrapolações do consumo de água no futuro, mantendo-se a base de consumo de 2013, observa-se curva ascendente, com expectativa de acréscimo de 900 mil moradores. No entanto, se conseguir a redução do consumo por habitante de 186 litros para um valor próximo a 110 litros, seria possível em 2030, com mais um milhão de habitantes, ter um nível de consumo similar ao atual. O professor informou que a Codeplan busca novas linhas de pesquisa. Sobre a oferta de água disse que nos próximos anos podem entrar na produção de água o Bananal, o lago Paranoá e Corumbá. Só com a entrada do sistema Corumbá se aumentaria em 30% a oferta. Atualmente a demanda, de cerca de 9 metros cúbicos por segundo, está muito próximo da oferta, de 9,5 metros cúbicos por segundo. Alexandre Brandão alerta que a disponibilidade hídrica no Distrito Federal é muito baixa e não se pode descuidar da demanda. Pode-se conseguir redução no consumo residencial com tecnologia. O consumo de água está relacionado com a renda, mas não necessariamente alguém com maior renda precisa consumir mais água. Quanto à urbanização, cidades mais compactas propiciam a redução no consumo de água. Acrescentou que a água deve ficar mais cara em razão da escassez e que se precisa mudar o pensamento de que a água é abundante e entender que se trata de um bem escasso. É importante o incentivo às tecnologias construtivas. Ao final, o Sr. Alexandre Brandão se colocou à disposição para o debate sobre água e sugeriu a criação, na CDESCTMAT, de um fórum permanente para debater o tema. O Deputado Cristiano Araújo perguntou sobre tecnologia para diminuir a perda de água entre a captação e o fornecimento e sobre setores críticos que precisariam de ação

do Estado para a redução no consumo de água. Sobre perda de água o Sr. Alexandre Brandão afirmou que as perdas são elevadas no Brasil, com média de cerca de 37%. No Distrito Federal o valor estaria em 27%, com política para tentar a redução para 7%. Quanto aos setores críticos, disse que todos os setores podem melhorar a eficiência. Em casa pode-se reduzir o consumo em 10% com medidas simples, como reduzir o tempo de banho, e se pode reduzir cerca de 30% com tecnologia. Shopping centers e grandes lojas de departamento devem ter um controle forte. O setor do agronegócio demanda mais pesquisa. O Deputado Cristiano Araújo comentou que o governo presta serviços de má qualidade a população, mas anunciou aumento na tarifa de água, e perguntou a avaliação sobre o aumento na tarifa e o reflexo na redução do consumo. O Sr. Alexandre Brandão disse que o Estado precisa ter capacidade de investimento em recursos hídricos. Quanto ao aumento de tarifa, afirmou não ter estudado o assunto e que os aumentos na tarifa acabam resultando em conscientização forçada para parte dos consumidores. A Deputada Sandra Faraj comentou que o aumento de tarifa, especialmente em condomínios, não altera o consumo, e que se precisa implantar uma política de incentivo, e não de punição. A população não consegue mais pagar nada e não deve permitir a má gestão. O Sr. Alexandre Brandão destacou a importância dos incentivos – de gestão, tecnológicos, arquitetônicos e de cultura – e comentou sobre o programa de hidrometração da Caesb. A Deputada Sandra Faraj perguntou se a Codeplan teria condições de elaborar estudo sobre incentivos para redução do consumo de água. O Sr. Alexandre Brandão respondeu que a Codeplan possui quadro de técnicos muito bom, que realiza estudos de diversos temas, e que levará a proposta ao órgão. O Deputado Cristiano Araújo perguntou sobre sugestão para que a CLDF possa ajudar com o tema. O Sr. Alexandre Brandão disse que a Câmara Legislativa pode contribuir por meio do debate e que o padrão de urbanização precisa ser pensado, pois resulta em poluição de mananciais e cursos d'água. Para exemplificar, nos loteamentos ao norte do Lago Norte o esgoto sem rede é drenado direto para o lago Paranoá. Como se pretende captar água do lago para consumo humano, os projetos de urbanização devem exigir que não haja lançamento de poluição no lago. A Deputada Sandra Faraj perguntou sobre a relação entre condomínios e moradia irregular e o abastecimento de água. O Sr. Alexandre Brandão disse que precisa haver preocupação com o sistema de esgotamento, a urbanização precisa ter projetos autorizados e fiscalizados. Destacou a necessidade de conhecer a capacidade de suporte de cada bacia, para saber quantas pessoas e quantos empreendimentos pode ser acomodada em determinada região. Os estudos para avaliar a capacidade de suporte são importantes, mas são complexos e de longo prazo. O Deputado Cristiano Araújo informou que a Deputada Sandra Faraj iria elaborar uma Indicação para solicitar os estudos. O Deputado ainda informou que, segundo matéria publicada no jornal Metrôpoles, a Caesb usou por 90 dias hipoclorito de sódio vencido na água para abastecimento. Será feito convite ao presidente da Caesb para explicar a denúncia na CLDF. O Deputado encerrou a reunião às 11h16. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Cristiano Araújo, e encaminhada para publicação.

Deputado Cristiano Araújo

Presidente da CDESCTMAT

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 27/10/2016.

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas e cinquenta e cinco minutos, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de

Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT para a sexta reunião ordinária, da segunda sessão legislativa, da sétima legislatura, presentes os Deputados Cristiano Araújo, Delmasso, Chico Vigilante, Sandra Faraj e Raimundo Ribeiro, suplente da Deputada Liliane Roriz. Esteve presente também o Deputado Bispo Renato Andrade, membro suplente da CDESCTMAT. O Presidente da Comissão, Deputado Cristiano Araújo, declarou aberta a reunião e convidou para compor a Mesa o presidente da Caesb, Sr. Maurício Luduvise. O Deputado informou que havia tema único para tratar e comentou a matéria publicada no portal Metrôpoles sobre uso pela Caesb de hipoclorito de sódio vencido em água para consumo. A população de pelo menos duas localidades, Paranoá e Itapoã, foi prejudicada. Em razão do fato, a Comissão resolveu fazer o convite para os esclarecimentos da Caesb. O Deputado Cristiano Araújo registrou a presença do Deputado Julio Cesar e da Deputada Sandra Faraj, e agradeceu ao Sr. José Flávio o apoio na articulação para realização da audiência com o presidente da Caesb. O Sr. Maurício Luduvise, presidente da Caesb, agradeceu a oportunidade de poder esclarecer o ocorrido e afirmou que, nesse caso, a Caesb não errou, houve uma decisão técnica. O hipoclorito de sódio é um desinfetante à base de cloro para tratar a água antes da distribuição à população. Na degradação da substância formam-se cloreto de sódio (sal de cozinha), clorato de sódio, que também é desinfetante, e oxigênio. Quando há uma equipe de técnicos que analisam o produto, não há restrição de uso. A química, Dra. Cíntia, atestou que o produto estava em condições de uso, dentro da faixa exigida para recebimento do fornecedor, de 10 a 12% de cloro. E a análise da água distribuída à população, feita por amostragem, não indicou problema na desinfecção. A Caesb compra hipoclorito com a solicitação ao fornecedor de que especifique o teor de cloro ativo e o prazo de validade, para evitar que o produto chegue vencido. Quanto ao estoque de bombonas, a Caesb passava por greve e o sindicato dos empregados, Sindágua, de forma até irresponsável impedia a chegada de produtos químicos. Em razão da dificuldade, o setor operacional da Caesb solicitou quantidade maior de hipoclorito de sódio. O presidente da Caesb criticou a divulgação irresponsável do assunto, por meio de vídeo gravado de forma anônima e divulgado por entidade que deveria zelar pelos empregados. O Deputado Cristiano Araújo fez referência à matéria publicada no jornal, na qual o especialista em saneamento, Sr. Marco Antônio Almeida Souza, explica que o maior perigo do hipoclorito de sódio vencido são impurezas que se tornam substâncias tóxicas. Questionou se a Caesb poderia disponibilizar os laudos. O Sr. Maurício Luduvise disse que poderia deixar os laudos e que o produto usado não tinha impureza tóxica. Se tivesse sido detectada impureza, o lote inteiro do produto teria sido devolvido. A Sra. Cláudia Morato, engenheira da Caesb responsável pela produção da água, afirmou que todas as análises microbiológicas foram feitas, não houve risco à saúde da população e toda a água tratada está em conformidade com a Portaria 2.914 do Ministério da Saúde. O Deputado Cristiano Araújo perguntou sobre as obras e os investimentos da Caesb, e sobre campanhas de conscientização sobre a escassez de água. O Sr. Maurício Luduvise informou que a Caesb promove tradicionalmente campanha sobre uso consciente da água no início do período de seca e campanha para uso correto da rede de esgotos durante o período de chuvas. Sobre as obras de saneamento, de esgotamento sanitário e abastecimento público, mencionou o Corumbá, sistema de grande porte realizado em conjunto com o governo de Goiás, e o subsistema Bananal. No período de 2013/2014 as obras prosseguiram com dificuldade ou praticamente pararam, e foram retomadas no segundo trimestre de 2015. Também foi concluída a licitação do sistema Paranoá e há investimento na redução de perdas, com substituição das redes de distribuição. O dirigente destacou a baixa disponibilidade hídrica e a ocupação desordenada do solo, com degradação de nascentes. Sobre a tarifa de contingência, ela é mais um mecanismo, além da campanha de conscientização. Há previsão legal, inclusive da Lei nº 9.433, de 1997, para aplicação da tarifa de contingência. Espera-se garantir o nível do reservatório acima de 20% e, assim, não precisar da tarifa de contingência. O Deputado Cristiano Araújo questionou sobre o sistema do Paranoá. O presidente da Caesb informou que a obra com 90% de recursos do orçamento geral da União, que estão contingenciados. O Deputado Cristiano Araújo sugeriu, no trabalho de conscientização, fazer campanhas permanentes com o envolvimento da Secretaria de Educação, e criticou o aumento

linear de 40 % para todos, que penaliza o cidadão mais simples. O Sr. Maurício Ludovice disse que a Caesb tem grupo de meio ambiente e visita regularmente as escolas. O programa de preservação das nascentes Descoberto Coberto, em parceria com diversos órgãos, conscientiza os agricultores; o programa de pagamento por serviços ambientais na Bacia do Pipiripau. O Deputado Chico Vigilante comentou sobre algumas preocupações. No Distrito Federal algumas pessoas sabiam que chegaria o momento de falta de água. Um estudo do Incra já apontava para a possibilidade de racionamento na Paraíba e em Brasília. O papel da Caesb é vender água e o papel de conscientização ficaria com a Adasa. O Deputado Chico Vigilante não concorda com a taxa, pois não houve campanha de conscientização para diminuir os gastos. O aumento não interfere na vida dos ricos, mas prejudica os pobres. Afirmou que o aumento de 40% foi liberado pela Adasa sem estudo e fez apelo para que a Caesb espere por mais tempo para iniciar a sobretaxa. Comentou também que se deve cobrar de quem desperdiça água e lava calçada. O presidente da Caesb informou que a empresa se limita a prestar os serviços de abastecimento e esgotamento e a Adasa determina as tarifas de água e de esgotamento com base em estudos. Existe margem para reduzir o consumo. A OMS estipula o consumo per capita de 110 litros por dia, por habitante, e há lugares com consumo de 400 litros por dia. Ressaltou a importância de obras de infraestrutura para evitar falta de água e para gerar empregos. Mas as obras sofrem com paralisações. O Deputado Cristiano Araújo ressaltou a importância de liberação de recursos para as obras estratégicas de Corumbá e do Bananal, agradeceu a presença da equipe da Caesb e prosseguiu com a sexta reunião ordinária da CDESCTMAT. Informou que o item nº 6, Projeto de Lei nº 527, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, foi retirado de pauta a pedido da Federação do Comércio. O Deputado Chico Vigilante assumiu a presidência e pôs em discussão e votação o parecer ao Projeto de Lei nº 1.178, de 2012, de autoria do Deputado Joe Valle, que "estabelece diretrizes para concessão de incentivo financeiro às cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis". O parecer obteve 3 votos favoráveis, 2 ausências. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.524, de 2013, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "assegura aos usuários do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal a oferta de acesso gratuito à internet sem fio". O parecer obteve 3 votos favoráveis, 2 ausências. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.670, de 2013, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de técnicas sustentáveis nas obras de construção civil realizadas pelo Distrito Federal e dá outras providências". O parecer obteve 3 votos favoráveis, 2 ausências. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 003, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que "institui o Fundo Distrital de Defesa e Proteção dos Animais (FUNDEPA) e dá outras providências". O parecer obteve 3 votos favoráveis, 2 ausências. O Deputado Chico Vigilante pediu vista do Projeto de Lei nº 346, de 2015, de autoria do Deputado Delmasso que "Proíbe a prática de frisão em pneus por proprietários de oficinas mecânicas, autopeças, borracharias e similares". Os itens nº 5 foi solicitado vistas pelo Deputado Chico Vigilante e o de nº 6 foi retirado de pauta.

Passou-se à apreciação do item nº 7, discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 706, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "dispõe sobre a obrigatoriedade dos supermercados, hipermercados e/ou congêneres de dispor do serviço de empacotador nos caixas de atendimento prioritário e dá outras providências". O parecer obteve 3 votos favoráveis, 2 ausências. Item nº 8, discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 717, de 2015, de autoria do Deputado Delmasso, que "altera a Lei nº 4.060, de 18 de dezembro de 2007, que 'define sanções a serem aplicadas pela prática de maus-tratos a animais e dá outras providências'". O parecer obteve 3 votos favoráveis, 2 ausências. Item nº 9, discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 772, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "dispõe sobre registro e identificação de cães e gatos no Distrito Federal e dá outras providências". O Deputado Bispo Renato leu o parecer *ad hoc*. O parecer obteve 3 votos favoráveis, 2 ausências. Item nº 10, discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 901, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que "dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana, disciplina a instalação de anúncios no Distrito Federal e dá outras providências". O parecer obteve 3 votos favoráveis, 2 ausências. Item nº 11, discussão

e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 919, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que "Dispõe sobre a política de incentivo ao uso de energia solar no Distrito Federal". O parecer obteve 3 votos favoráveis, 2 ausências. Item nº 12, discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1001, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que "Institui a política de estímulo à prática de atividades náuticas exploradas no Lago Paranoá". O parecer obteve 3 votos favoráveis, 2 ausências. Item nº 13, discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 962, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "Proíbe, em todos os terminais rodoviários do Distrito Federal, durante o período de embarque e desembarque de passageiros, o funcionamento do motor de veículo destinado ao Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros". O Deputado Bispo Renato Andrade solicita vistas do referido projeto. Em seguida registra a presença do Presidente do Sindicato dos enfermeiros, técnicos de enfermagem e profissionais da radiologia que estão com indicativo de greve. O Presidente da Comissão Deputado Cristiano Araújo suspende a reunião e concede a palavra ao Presidente do Sindicato. O Presidente retoma os trabalhos e segue a reunião com o Item nº 14, discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 927, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que "Dispõe sobre aspectos da política distrital de educação e de valorização do verde, especialmente por meio da arborização das escolas integrantes da Rede Pública de Ensino e da divulgação entre os estudantes da importância do plantio e da conservação de árvores, e dá outras providências". O parecer obteve 3 votos favoráveis, 2 ausências. Nesse instante chega a reunião o Deputado Raimundo Ribeiro. O Deputado Cristiano Araújo leu o parecer *ad hoc*. Item nº 15, discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1050, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que "Dispõe sobre o Programa Cães de Praça no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências". O parecer obteve 3 votos favoráveis, 1 ausência e 1 abstenção. O Deputado Cristiano Araújo leu o parecer *ad hoc*. Item nº 16, discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 374, de 2011, de autoria das Deputadas Luzia de Paula e Arlete Sampaio, que "Dispõe sobre o incentivo ao turismo para o idoso e dá outras providências". O parecer obteve 4 votos favoráveis e 1 ausência. Item nº 17, discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 53, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão, que "Altera o Anexo Único da Lei Complementar nº 875, de 24 de dezembro de 2013". O parecer obteve 4 votos favoráveis e 1 ausência. O Deputado Delmasso leu o parecer *ad hoc*. Item nº 18, discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 562, de 2015, de autoria do Deputado Júlio César, que "Altera a Lei 4.757, de 14 de fevereiro de 2012, que Dispõe sobre a instituição do Eixão do Lazer na Região Administrativa de Brasília - RA I". O parecer obteve 4 votos favoráveis e 1 ausência. Item nº 19, discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 582, de 2015, de autoria dos Deputados Agaciel Maia e Sandra Faraj, que

"Dispõe sobre o nivelamento de quaisquer tampões na execução e serviços de pavimentação, recapeamento, reconstrução, tapa-buracos ou qualquer serviço de manutenção em vias públicas e passeios, no âmbito do Distrito Federal". O parecer obteve 4 votos favoráveis e 1 ausência. Item nº 20, discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 970, de 2016, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "Dispõe sobre a criação do Selo Distrital de Certificação de Qualidade de Alimentos Artesanais da Agricultura Familiar, no âmbito do Distrito Federal". O parecer obteve 4 votos favoráveis e 1 ausência. Em seguida o Presidente inicia a votação da extrapauta. Item nº 01, discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1029, de 2016, de autoria do Deputado Júlio César, que "Estabelece diretrizes para a utilização do Lago Paranoá para a prática desportiva de kite surf e dá outras providências". O parecer obteve 4 votos favoráveis e 1 ausência. O autor Deputado Júlio César solicita a palavra para explicar o Projeto em questão. Item nº 02, discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1109, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre medidas e diretrizes a serem adotadas nos casos de reassentamentos e reordenamentos compulsórios e involuntários de ocupantes de áreas afetadas pela execução da Política de Regularização Fundiária de Interesse Social do Distrito Federal e dá outras providências". O parecer obteve 3 votos favoráveis e 1 ausência e 1 abstenção. Item nº 03, discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 76, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei Complementar nº 679, de 30 de dezembro de 2002, que cria área para instalação do Parque Tecnológico

Capital Digital". O Deputado Chico Vigilante solicitou vistas do Projeto. O Deputado Cristiano Araújo declarou encerrada a reunião às 12h48. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Cristiano Araújo, e encaminhada para publicação.



Deputado Cristiano Araújo

Presidente da CDESCTMAT

Comissões Parlamentares de Inquérito

Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde

Resultado de Pauta da 15ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/12/2016, às 10h10, no Plenário da CLDF.

I – Ordem do dia

Item 01 - Leitura e votação das atas da 23ª Reunião Ordinária.

Resultado: Aprovadas com quatro votos favoráveis e três ausências.

Item 02 - Oitiva da Senhora Hellen Falcão de Carvalho, chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa da SES.

Resultado: Realizada.

Item 03 - Oitiva do Senhor Marcos Gutemberg Fialho da Costa, Presidente do SindMédico-DF.

Resultado: Realizada.



Hilton Kazuo Sabino Kawashita
Secretário da CPI da Saúde

Ata da Vigésima Terceira Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde, destinada a "investigar indícios de malversação de recursos públicos na gestão da Secretaria da Saúde do Governo do Distrito Federal, no período compreendido entre janeiro/2011 a março/2016".

Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, às nove horas e cinquenta minutos, no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, reuniram-se os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde, Deputado Wellington Luiz, Presidente, Deputado Lira, Relator e os Deputados Robério Negreiros e Wasny de Roure, membros. O Presidente abre a presente reunião, cumprimenta os presentes e faz a leitura da pauta. O Presidente convida o Senhor Fabiano Duarte Dutra, ex-coordenador de ortopedia da Secretaria de Estado de Saúde do DF, a compor a mesa. O Presidente agradece a presença do Depoente e o qualifica. O Depoente é arguido pelo Relator, Deputado Lira, em seguida pelo Presidente e demais membros presentes. O Presidente agradece a presença do Senhor Fabiano Duarte e o dispensa. Em seguida, convida o Senhor Raphael Rosa N. Vieira de Paiva, ex-chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa da SES, a compor a mesa. O Presidente agradece a presença do Depoente e faz sua qualificação. O Depoente é inquirido pelo Relator, pelo Presidente e pelos demais membros presentes. O Presidente agradece a presença do Depoente e o dispensa. O Presidente faz a leitura da Ata da Reunião e coloca em discussão e votação as atas da 14ª Reunião Extraordinária e 21 Reunião Ordinária. Estas são aprovadas com quatro votos favoráveis e três ausências. O Presidente coloca em discussão e votação o Requerimento nº 87 que "requer a quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor Valdecir Marques de Medeiros", de autoria Deputado Lira. O Requerimento é aprovado com quatro votos favoráveis e três ausências. Em seguida, o Presidente coloca em votação o Requerimento nº 88 que "requer a convocação da Sra. HELLEN FALCÃO DE CARVALHO para prestar esclarecimentos à CPI da Saúde do DF", de autoria Deputado Wasny de Roure. O Requerimento é aprovado com quatro votos favoráveis e três ausências. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Deputado Wellington Luiz, agradece a presença de todos e encerra a presente reunião, da qual eu, Hilton Kazuo Sabino Kawashita, Secretário da Comissão, lavro a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde.



Deputado Wellington Luiz
Presidente da CPI da Saúde

Mesa Diretora

Gabinete da Mesa Diretora

PORTARIA—GMD Nº 338 , DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

O GABINETE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelos Atos da Mesa Diretora nº 55/2000 e nº 42/2003, RESOLVE:

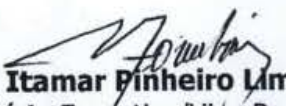
Art. 1º Aprovar os seguintes Requerimentos:

Número do Requerimento	Deputado(a) Autor(a)	Assunto
2208/2016	Delmasso	Requer informações, à Secretaria de Saúde, sobre a 'fila de espera para realização de cirurgias em pacientes no Distrito Federal'.
2209/2016	Delmasso	Requer informações, à Secretaria de Saúde, sobre o fechamento da Unidade de Pronto Atendimento – UPA de São Sebastião – DF.
2210/2016	Delmasso	Requer informações, à Secretaria de Saúde, sobre a falta de medicamentos para tratamento de câncer.
2211/2016	Delmasso	Requer informações, à Secretaria de Saúde, sobre mortes de recém-nascidos no Hospital Regional de Ceilândia.
2215/2016	Delmasso	Requer informações, à Secretaria de Saúde, sobre a falta de antídoto nos hospitais da rede pública.
2216/2016	Delmasso	Requer informações, à Secretaria de Saúde, sobre o fechamento da pediatria do Hospital Regional do Gama.
2193/2016	Delmasso	Requer informações, à Secretaria de Saúde, sobre a possível suspensão de alimentos na rede pública.
2197/2016	Delmasso	Requer informações, à Secretaria de Saúde, sobre 'as ambulâncias paradas por falta de abastecimento de combustível'.
2200/2016	Delmasso	Requer informações, à Secretaria de Saúde, sobre as equipes de assistência à saúde do Programa de Saúde à Família, na Região Administrativa do Itapoã.
2201/2016	Delmasso	Requer informações, à Secretaria de Saúde, sobre problemas nas caldeiras do Hospital de Base.
2206/2016	Delmasso	Requer informações, à Secretaria de Saúde, sobre a falta de materiais e equipamentos no Hospital Materno Infantil.
2212/2016	Delmasso	Requer informações, à Secretaria de Mobilidade, sobre o funcionamento da faixa para ciclistas, em Águas Claras.
2191/2016	Delmasso	Requer informações, à Secretaria de Saúde, sobre a falta de transporte para doentes renais.

2213/2016	Delmasso	Requer informações, ao Presidente da CODHAB, sobre o andamento do Programa Pró Moradia em Arapoanga – DF.
2214/2016	Delmasso	Requer informações, à Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, sobre os atrasos nos pagamentos do Programa DF Sem Miséria.
2217/2016	Delmasso	Requer informações, ao Presidente do IBRAM, sobre o andamento de Licença Ambiental para o trecho II do Setor Sol Nascente, em Ceilândia/DF.
2148/2016	Bispo Renato Andrade	Requer, ao Presidente do TCDF, a realização de auditoria, nas contas do GDF, com o objetivo de verificar a possibilidade de concessão de reajustes salariais e para a contratação de novos servidores.
2219/2016	Ricardo Vale	Requer informações, ao Presidente da CEB, sobre a denúncia de possível coação, acima do normal, para os trabalhadores daquela Companhia aceitarem proposta de reajuste salarial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


Eduardo Duailibe Murici
Secretário-Geral/Presidência


Itamar Pinheiro Lima
Secretário Executivo/Vice-Presidência


Leila Barreto Ornelas
Secretária Executiva/1ª Secretária


Rusembergue Barbosa de Almeida
Secretário Executivo/2ª Secretária


Ilma Antonia Correia dos Reis
Secretária Executiva/3ª Secretária

PORTARIA-GMD Nº 339 , DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO GABINETE DA MESA DIRETORA - TERCEIRA SECRETARIA, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Ato da Mesa Diretora nº 57/2000, RESOLVE:

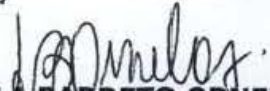
Art. 1º Aprovar os seguintes requerimentos:

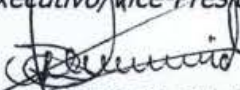
Número do Requerimento	Deputado(a) Autor(a)	Assunto
2229/2016	RAFAEL PRUDENTE	Requer a realização de Sessão Solene em homenagem aos profissionais de saúde do Hospital Regional de Taguatinga - HRT, pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal.
2233/2016	CHICO VIGILANTE	Requer a realização de Sessão Solene em comemoração ao Dia do Gráfico.
2234/2016	CHICO VIGILANTE	Requer a realização de Sessão Solene em homenagem ao Lançamento da Campanha da Fraternidade.
2236/2016	CHICO VIGILANTE	Requer a realização de Sessão em comemoração ao Aniversário de Brasília.
2237/2016	CHICO VIGILANTE	Requer a realização de Sessão Solene em comemoração ao Dia do Vigilante.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


EDUARDO DUALIBE MURICI
Secretário Geral/Presidência


ITAMAR PINHEIRO LIMA
Secretário Executivo/Vice-Presidência


LEILA BARRETO ORNELAS
Secretária Executiva/Primeira Secretária


RUSEMBERGUE BARBOSA DE ALMEIDA
Secretária Executiva/Segunda Secretária


ILMA ANTONIA CORREIA DOS REIS
Secretária Executiva/Terceira Secretária

PORTARIA-GMD Nº 340, DE 12 DEZEMBRO DE 2016

O GABINETE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe são conferidas, em conformidade com o Ato da Mesa Diretora nº 30 de 2012, e tendo em vista o Memorando nº 45/2016 – LID.PT, RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a utilização do auditório desta Casa, nas datas e horários indicados, para a realização de evento contínuo "Congresso Estadual do PT", coordenado pelo Deputado Distrital Wasny de Roure, Líder da Bancada do PT, com recursos audiovisuais a cargo do solicitante, sem ônus para a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

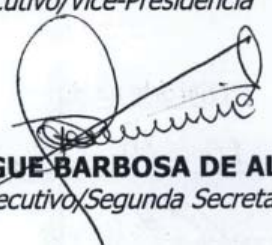
Datas:	Horário:
24/03/2017(sexta-feira)	Das 18 às 23h
25/03/2017(Sábado)	Das 8h às 20h
26/03/2017(Domingo)	Das 8h às 19h

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


EDUARDO DUAILIBÉ MURICI
Secretário-Geral/Presidência


ITAMAR PINHEIRO LIMA
Secretário/Executivo/Vice-Presidência


LEILA BARRETO ORNELAS
Secretária Executiva/Primeira Secretária


RUSEMBERGUE BARBOSA DE ALMEIDA
Secretário-executivo/Segunda Secretária


ILMA ANTONIA CORREIA DOS REIS
Secretária Executiva/Terceira Secretária

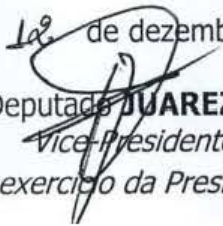
Atos Administrativos

ATO DO PRESIDENTE Nº 445 DE 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e nos termos da Lei distrital nº 4.342/2009 e considerando o Despacho da Secretária em 23 de novembro de 2016, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 221, de 24 de novembro de 2016, página 23, RESOLVE:

DECLARAR que o servidor **MARLON MOISES DE BRITO ARAÚJO**, requisitado da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, ficará à disposição em caráter excepcional no gabinete parlamentar do deputado Wasny de Roure, com base no Decreto nº 36.496, de 13/05/2015, combinado com o Decreto nº 36.825, de 22/10/2015, e na forma do dispositivo no § 3º do art. 152 da Lei Complementar nº 840 de 23/12/2011, até 31/12/2017, com ônus para o órgão de origem. (RQ).

Brasília, 12 de dezembro de 2016.


Deputado **JUAZÃO**
Vice-Presidente
no exercício da Presidência

ATO DO PRESIDENTE Nº 446, DE 2016

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso de suas atribuições regimentais, em especial as que lhe conferem o § 1º, inciso XII, do artigo 42 do Regimento Interno da CLDF; Tendo em vista o Parecer 152/2016 – SLP/DCPP/DRH e, ainda, o Despacho s/nº, de 6/12/2016 do Núcleo de Processos Administrativos da Procuradoria-Geral da CLDF, RESOLVE:

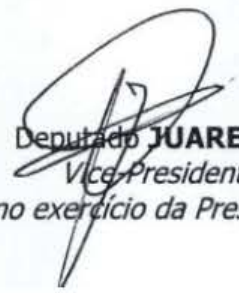
Art. 1º Instaurar Sindicância destinada a apurar a ocorrência de eventuais irregularidades apontadas nos autos do Processo nº 001-000.867/2016.

Art. 2º Determinar à Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial e Sindicância que proceda à devida apuração.

Art. 3º A Comissão terá o prazo para de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, para a conclusão dos trabalhos.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de dezembro de 2016.


Deputado **JUAZÃO**
Vice-Presidente
no exercício da Presidência

Comunicados

Mem. 248/2016/GDD-GAB. 4

Em 12 de dezembro de 2016.

Ao Senhor Secretário Geral da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Assunto: **Alteração de nome do partido**

1. De ordem do Excelentíssimo Deputado Delmasso, informamos a Vossa Senhoria que em 10 de dezembro de 2016 ocorreu a alteração do nome Partido pelo qual exerço este mandato. Portanto, solicito a alteração no registro e nos diversos documentos desta Casa do nome do Partido Trabalhista Nacional – PTN, para PODEMOS.
2. Solicito, ainda, que seja publicada no Diário desta Casa a respectiva solicitação.

Atenciosamente,

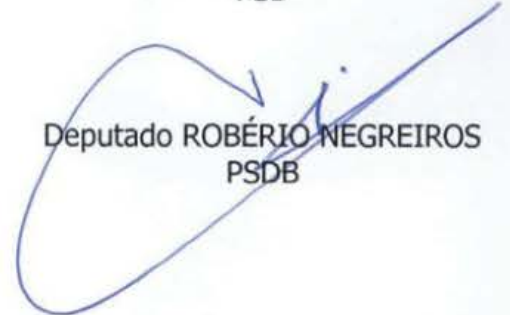

VANESSA MALAFAIA
Chefe de Gabinete

PROTad DOC 016773 2016
GPD

MEMORANDO N.º 170 /2016-BPSS**Brasília, 12 de dezembro de 2016.****Ao Gabinete da Mesa Diretora****Assunto: Inclusão de membro**

Nos termos do art. 33 do Regimento Interno desta Casa, comunicamos que a partir desta data o Deputado Robério Negreiros passa a compor o Bloco Popular Solidário Social.

Atenciosamente,


Deputado RAIMUNDO RIBEIRO
PPS
Deputado CRISTIANO ARAÚJO
PSD
Deputada CELINA LEÃO
PPS
Deputado ROBÉRIO NEGREIROS
PSDB**Memo nº 20 /2016/Gabinete-20****Brasília 09 de Dezembro de 2016.**

Ao Senhor Secretário Geral da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Assunto: Delegação de competências administrativas para o Gabinete do Deputado Bispo Renato Andrade

1. Delego o servidor Marcio Xavier do Nascimento, matrícula 20804, competência para praticar os seguintes atos relativos aos servidores do Gabinete do Deputado Bispo Renato Andrade

- I - Atestar as folhas de ponto;
- II - Elaborar o relatório de frequência mensal;
- III - Atestar as folhas de ponto;
- IV - Organizar a escala de férias e os demais atos administrativos relacionados com os servidores;
- VI - Manifestar sobre a concessão de abono de ponto anual;
- VII - homologar férias;
- VIII – Assinar formulários de nomeações, exonerações, nomeações e exonerações

Agradecemos a atenção.

Atenciosamente,

Bispo Renato Andrade
Deputado Distrital

Fascal

EXTRATOS DE TERMO ADITIVO

Processo nº 001-000941/2012. Sétimo Termo Aditivo ao Termo de Credenciamento nº 52/2012, firmado entre o Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL e a TATIANA VERÍSSIMO PINHEIRO - ORALIS. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Termo de Credenciamento nº 52/2012 estabelecido entre o FASCAL e a CREDENCIADA. Vigência: de 13 de dezembro de 2016 a 12 de dezembro de 2017. Data da assinatura: 09 de dezembro de 2016. Legislação: art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993, com redação introduzida pela Lei nº 9.648/1998. Partes: pelo FASCAL, Renan Bessoni Paz e pela Credenciada, Tatiana Veríssimo Pinheiro.

Processo nº 001-000995/2012. Sétimo Termo Aditivo ao Termo de Credenciamento nº 54/2012, firmado entre o Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL e a CHRONOS ODONTOLOGIA LTDA. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do termo de credenciamento estabelecido entre o FASCAL e a CREDENCIADA. Vigência: de 07 de dezembro de 2016 a 06 de dezembro de 2017. Data da assinatura: 05 de dezembro de 2016. Legislação: art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993, com redação introduzida pela Lei nº 9.648/1998. Partes: pelo FASCAL, Renan Bessoni Paz e pela Credenciada, Lucas Rodrigues da Cunha Filho.



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal



Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica

Coordenador: Randal Martins Junqueira

Diagramação e Arte Final: Seção de Editoração

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP: 70 094-902 – Brasília – DF – www.cl.df.gov.br